

UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
Instituto de Ciências Humanas – ICH
Curso de Psicologia – Campus Cidade Universitária

ATA DE DEFESA

Com base nas disposições do Regulamento do Plano de Estudos Orientados - PEO do Curso de Psicologia da Universidade Paulista – UNIP, reuniu-se no dia 14 de novembro de 2025, nesta Universidade, no Campus CIDADE UNIVERSITÁRIA: Endereço: Avenida Torres de Oliveira, nº 330, Jaguaré, São Paulo/SP, CEP: 05347-020, telefone (11) 3767-5800, na sala 30, a Banca Examinadora para a arguição da pesquisa intitulada *"AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA: UMA REVISÃO DA LITERATURA"*, que foi apresentada publicamente pelas alunas e aluno *Ana Carolina Aiko Yoshida – RA: N6934A9; Fabiana Serpa Brait – RA: G201DB1; Isabela Augusta Farias Vidal – RA: N702FC5; Katia Maria Gomes Ernesto – RA: T0121A8; Leonardo José Francisco dos Santos de Oliveira – RA: G201523; Tatiana Teixeira Inglez Mazzarella – RA: G30CBD8.*

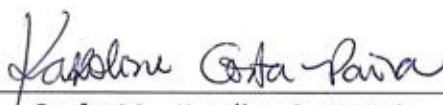
A Banca Examinadora foi composta pelas examinadoras Prof.a Dra. Karen Murakami Yano e Prof.a Ma. Karoline Costa Paiva e presidida pela professora orientadora Prof.a. Dr.a. Luan Flávia Barufi Fernandes.

O trabalho foi considerado CONTEXTUALIZADO com a nota NOVE (9,0).
SOCIALMENTE

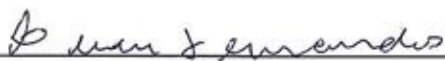
São Paulo, 14 de novembro de 2025.



Prof.a Dra. Karen Murakami Yano
Universidade São Camilo



Prof.a Ma. Karoline Costa Paiva
Universidade Paulista (UNIP)



Prof.a Dr.a Luan Flávia Barufi Fernandes
Presidente da Banca Examinadora
Universidade Paulista (UNIP)

**UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ICH
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**ANA CAROLINA AIKO YOSHIDA
FABIANA SERPA BRAITI
ISABELA AUGUSTA FARIAS VIDAL
KATIA MARIA GOMES ERNESTO
LEONARDO JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS DE OLIVEIRA
TATIANA TEIXEIRA INGLEZ MAZZARELLA**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-
RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
UMA REVISÃO DA LITERATURA**

São Paulo - Campus Cidade Universitária

2025

ANA CAROLINA AIKO YOSHIDA – RA: N6934A9
FABIANA SERPA BRAITI – RA: G201DB1
ISABELA AUGUSTA FARIAS VIDAL – RA: N702FC5
KATIA MARIA GOMES ERNESTO – RA: T0121A8
LEONARDO JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS DE OLIVEIRA – RA: G201523
TATIANA TEIXEIRA INGLEZ MAZZARELLA – RA: G30CBD8

**AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-
RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Relatório de Pesquisa apresentado para o Plano de
Estudos Orientados – PEO, do Curso de
Psicologia da Universidade Paulista – UNIP, sob
a orientação da Professora Dr^a. Luan Flávia Barufi
Fernandes.

São Paulo - Campus Cidade Universitária

2025

CIP - Catalogação na Publicação

Contribuições da Psicologia sobre as Questões Étnico-Raciais na
Sociedade Brasileira: Uma Revisão da Literatura / Ana Carolina Aiko
Yoshida...[et al.]. - 2025.
65 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) apresentado ao Instituto
de Ciência Humanas da Universidade Paulista, São Paulo, 2025.
Área de Concentração: Psicologia Social.
Orientadora: Prof.^a Dra. Luan Flávia Barufi Fernandes.

1. Racismo. 2. Branquitude. 3. Psicologia. 4. Saúde Mental. I.
Yoshida, Ana Carolina Aiko. II. Fernandes, Luan Flávia Barufi
(orientadora).

Ana Carolina Aiko Yoshida – RA: N6934A9
Fabiana Serpa Brait – RA: G201DB1
Isabela Augusta Farias Vidal – RA: N702FC5
Katia Maria Gomes Ernesto – RA: T0121A8
Leonardo José Francisco Dos Santos De Oliveira – RA: G201523
Tatiana Teixeira Inglês Mazzarella – RA: G30CBD8

**AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-
RACIAIS NA SOCIEDADE BRASILEIRA:
UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Relatório de Pesquisa apresentado para o Plano de
Estudos Orientados – PEO, do Curso de
Psicologia da Universidade Paulista – UNIP, sob
a orientação da Professora Dr^a. Luan Flávia Barufi
Fernandes.

O trabalho foi considerado _____ com a nota _____(_____).

São Paulo, 14 de novembro de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Karen Murakami Yano – Centro Universitário São Camilo

Prof^a. Karoline Costa Paiva – Universidade Paulista-UNIP

Prof^a. Dr^a. Luan Flávia Barufi Fernandes – Universidade Paulista-UNIP
(Orientadora)

RESUMO

A realidade social brasileira é marcada pelo racismo, num processo construído desde o período colonial e perpetuado até hoje, de tal maneira que o racismo encontra-se imbricado nas estruturas sociais, políticas, econômicas etc. O *status quo* das relações sociais preserva-se por meio da transmissão entre gerações, determinando a manutenção dos privilégios brancos e a invisibilidade da população negra; esta é exposta a fatores de risco, frutos da humilhação e constrangimentos presentes nas relações sociais, que causam sofrimentos psíquicos. A psicologia, enquanto disciplina que se ocupa de zelar e promover a saúde mental, tem responsabilidade no desvelamento de tais sofrimentos gerados pelas questões étnico-raciais; no entanto, a falta de conhecimento da classe de psicólogos e a manutenção da discriminação como norma social impedem uma atuação efetiva. Diante do exposto, objetivou-se realizar uma revisão de literatura sobre como a psicologia tem abordado as questões étnico-raciais ao longo dos últimos 03 anos. Para tanto, foi feita uma revisão integrativa da literatura na base de dados Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sob os seguintes critérios de inclusão: publicações entre 2022 e 2024; artigos científicos, teses de doutorado ou dissertações de mestrado; publicações na íntegra; em língua portuguesa; e terem como tema a intervenção e compreensão da psicologia sobre questões étnico-raciais. Como resultado, 25 publicações foram selecionadas. As pesquisas foram predominantemente qualitativas e exploratórias, abordando sete eixos principais: racismo institucional; saúde das mulheres negras; branquitude; produção de conhecimento em psicologia; formação e prática profissional; racismo na subjetividade; e identidade parda. Os resultados mostraram que a psicologia se mantém atravessada pela branquitude, reproduzindo estruturas de poder que sustentam os privilégios dos brancos e reforçam a necessidade de decolonizar a psicologia. Quanto ao racismo institucional, constatou-se que este afeta tanto a formação acadêmica em psicologia quanto a atuação profissional, exigindo práticas de reflexões e currículos antirracistas. Já os estudos sobre mulheres negras revelaram os impactos interseccionais do racismo e do sexismo em sua saúde mental, apontando o cuidado coletivizante e o aquilombamento como estratégias de resistência e fortalecimento identitário e psíquico. Além disso, verificou-se que a produção científica da área é incipiente, dada a relevância do tema, em uma população majoritariamente negra. As análises ressaltaram que o enfrentamento do racismo demanda uma atuação ética e politicamente engajada da psicologia, com inserção efetiva de debates raciais nos projetos pedagógicos e nas políticas públicas de saúde mental. Conclui-se que as questões étnico-raciais exercem impacto significativo na saúde mental da população. Essa pesquisa reafirma o compromisso ético-político da profissão na superação do racismo.

Palavras-chave: racismo, branquitude, psicologia, saúde mental.

leojfso@gmail.com

ABSTRACT

Brazilian social reality is deeply embedded in racism, a process rooted in the colonial period and perpetuated to this day, such that racism is woven into the social, political and economic fabric of society. The status quo of social relations is preserved through generational transmission, perpetuating white privilege and marginalizing the Black population. This population is exposed to risk factors stemming from humiliation and social constraints, which lead to psychological suffering. Psychology, as a discipline committed to safeguarding and promoting mental health, bears responsibility for uncovering the suffering caused by ethno-racial issues. However, limited awareness within the psychology profession and the normalization of discrimination as a social standard hinder meaningful intervention. In light of this, the objective of this study was to conduct a literature review on how psychology has addressed ethno-racial issues over the past three years. An integrative literature review was conducted using the database Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), based on the following inclusion criteria: publications between 2022 and 2024; scientific articles, doctoral theses or master's dissertations; full-text availability; written in Portuguese; and focused on psychology's intervention and comprehension of ethno-racial issues. A total of 25 publications were selected. The studies were predominantly qualitative and exploratory, organized around seven key themes: institutional racism; health of Black women; whiteness; knowledge production in psychology; professional training and practice; racism in subjectivity; and brown identity. The findings revealed that psychology remains permeated by whiteness, reproducing power structures that uphold white privilege and reinforcing the need to decolonize the field. Regarding institutional racism, it was found to affect both academic training and professional practice in psychology, highlighting the need for reflective practices and anti-racist curricula. Studies on Black women revealed the intersectional impacts of racism and sexism on their mental health, emphasizing collective care and *aquilombamento* (a concept rooted in Afro-Brazilian resistance and community-building) as strategies for resistance and identity and psychological empowerment. Moreover, the scientific output in this area remains limited, despite the relevance of the topic within a predominantly Black population. The analyses underscored that confronting racism requires an ethically and politically committed approach within psychology, with the meaningful integration of racial discourse into pedagogical frameworks and public mental health policies. In conclusion, ethno-racial issues have a significant impact on the mental health of the population. This research reaffirms the ethical-political commitment of the psychology profession to overcoming racism.

Keywords: racism, whiteness, psychology, mental health.

leojfso@gmail.com

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
1.1 Apresentação do Tema	7
1.2 Revisão de Literatura	8
1.3 Objetivos.....	20
1.3.1 Objetivo Geral	20
1.3.2 Objetivos Específicos	20
1.4 Hipóteses.....	20
1.5 Justificativa	20
2. MÉTODO	22
2.1 Procedimento de Coleta de Dados	22
2.1.1 Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)	23
2.2 Procedimento de Análise de Dados	23
2.3 Considerações Éticas	23
3. RESULTADOS	25
3.1 Racismo Institucional.....	30
3.2 Saúde das Mulheres Negras	31
3.3 Questões Ligadas à Branquitude.....	32
3.4 Produção de Conhecimento em Psicologia.....	33
3.5 Formação e Prática em Psicologia	35
3.6 Racismo na Subjetividade.....	38
3.7 Identidade Parda.....	39
4. DISCUSSÃO	40
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	56

1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do Tema

Diante dos atuais debates sobre as nossas raízes coloniais e os seus efeitos nas subjetividades e nas relações humanas, começamos a nos perguntar sobre a nossa formação durante a graduação para lidar com tantas e delicadas questões que certamente se farão presentes em nosso cotidiano de trabalho.

Para além dessa inquietação, nosso tema de pesquisa se reforça ao observarmos os inúmeros relatos de sofrimento de pessoas negras diante de atendimentos clínicos realizados por psicólogos, ora por falta de compreensão sobre as questões raciais, ora por reduzida habilidade de escuta e manejo de vivências estranhas à sua realidade. A título de exemplo acerca das questões que envolvem o atendimento clínico, podemos citar uma pesquisa realizada com sete mulheres negras, cujos resultados indicaram que houve estagnação do processo psicoterapêutico na percepção de todas as envolvidas. Elas mencionaram que os profissionais estavam alheios às questões raciais, ignoravam, minimizavam ou universalizavam o sofrimento quando o assunto era abordado, ou ainda que as mulheres negras recebiam que o profissional não tivesse embasamento para lidar com a temática. As sete entrevistadas também manifestaram esperança e, até mesmo, uma certa fantasia de que psicoterapeutas negras realizassem uma parceria ideal no processo, pela certeza de serem, de fato, compreendidas e validadas em suas questões raciais particulares. Em constatação geral, todas se mostraram insatisfeitas com a forma como os profissionais brancos lidaram com as demandas referentes às temáticas raciais apresentadas. Um destaque da pesquisa é que nenhum episódio de racismo foi relatado, apenas a percepção da falta de preparo para lidar com a temática específica (Damasceno; Zanello, 2019).

Em um outro estudo realizado com seis psicólogas autodeclaradas pretas, aparece a preferência de pacientes pretos por atendimentos realizados por psicólogas pretas como efeito de situações terapêuticas insatisfatórias em atendimentos realizados por profissionais brancos. Estas pessoas relataram que, muitas vezes, estes psicólogos brancos desconsideram todo o histórico de raça e etnia nos atendimentos. Uma das entrevistadas apontou que já ouviu, logo no primeiro contato com pacientes que a procuraram, reclamações sobre atendimentos com psicólogos brancos e que não conseguem tratar de determinadas questões com eles, pois muitas vezes acabam por mudar de tema. Informam que gostariam de tratar abertamente sobre

determinados temas e que o(a) psicólogo(a) nunca achou o assunto relevante (Amaro; Mattos, 2022).

É imprescindível que nós, pesquisadores e alunos do curso de psicologia, enquanto pessoas brancas, reconheçamos nossa posição privilegiada historicamente e questionemos a visão de regra e não a de exceção, como dito por Almeida (2018), com que o racismo se coloca na sociedade brasileira. Por isso, a nossa preocupação é alinhar a nossa postura com a educação antirracista, entendendo que dentro das instituições de ensino deve-se combater ativamente toda e qualquer expressão do racismo, como também enaltecer, validar e reconhecer as muitas e variadas contribuições, nas diversas áreas de conhecimento de africanos e afro-brasileiros para o Brasil e para o mundo inteiro, tanto passadas quanto atuais (Oliveira; Pedroza; Pulino, 2023).

A psicologia é historicamente uma prática que nasce na década de 1950, século XX, voltada e exercida por uma classe média branca. Portanto, faz-se necessário um trabalho reflexivo e crítico que possa alavancar o debate étnico-racial e o combate ao racismo presente ainda nas práticas psicológicas vigentes. A discussão inclui romper com um modelo de ser humano, em geral, e de psiquismo, na psicologia, que tenha como referência o homem europeu branco heterossexual, pois este modelo não representa a diversidade da população brasileira (Ramos; Carvalho, 2024).

Deste modo, consideramos importante abordar como a psicologia tem investigado as questões raciais nos últimos 3 anos. Em seguida, os seguintes aspectos teóricos referentes ao tema serão abordados: definição de raça, de racismo, de preconceito racial, de branquitude, descrição das repercussões do racismo na saúde mental e questões étnico-raciais que afligem a população brasileira, bem como o posicionamento histórico da psicologia diante deste problema social.

1.2 Revisão de Literatura

O racismo é uma forma de poder que estabelece uma hierarquia entre o grupo dominante e o dominado, sendo uma construção política e social que resulta em discriminação sistemática e tem como fundamento o pertencimento a um grupo racial ou étnico. O poder traduz-se em desvantagens ou privilégios, a partir de um sistema socioeconômico de exploração e dominação. Essa dinâmica constitui uma construção social multifacetada, penetrando nas relações cotidianas e institucionais. É uma realidade historicamente enraizada, persistindo por meio da reprodução contínua nas dinâmicas sociais (Costa; Scarcelli, 2016; Nunes, 2014; Schucman, 2012; Schucman; Nunes; Costa, 2017; Silva; Oliveira, 2021).

A gênese histórica do racismo se dá como efeito da crença na existência de raças. Neste sentido, o termo raça é uma categoria de hierarquização utilizada para subjugar grupos marcados por determinadas características físicas como cor de pele, cabelo, formato de lábios e nariz, dentre outros. O conceito de raça possui sentido histórico e é compreendido como categoria social, que diferencia, constitui, hierarquiza e localiza os sujeitos na sociedade (Schucman; Martins, 2017; Schucman; Nunes; Costa, 2017).

Raça e racismo são temas silenciados no Brasil, ou escamoteados pela discussão das diferenças de classe – que, por sua vez, são perpetuadas por essa situação – a fim de dissimular a intolerância racial e não nomear a desarmonia da sociedade brasileira. A construção social dos dois termos marca as desigualdades profundas no capital material e simbólico da população brasileira (Schucman; Nunes; Costa, 2017). Do racismo, origina-se o preconceito racial, que, de acordo com o Conselho Federal de Psicologia – CFP (2017), são os pensamentos ou sentimentos negativos em relação ao outro, advindos de internalizações deturpadas de estereótipos e crenças culturalmente estabelecidas.

O racismo encontra-se imbricado na estrutura política, econômica e jurídica do Brasil, em uma tal organização que não é vista como exceção, mas sim como regra, sendo este fenômeno denominado de racismo estrutural (Almeida, 2018). Este se manifesta na área da saúde provocando vulnerabilidades para determinados setores da população. Neste sentido, evidencia-se o caso das populações negras, que apresentam fatores de risco para o desenvolvimento de diversos problemas de saúde advindos de experiências de humilhação e constrangimento decorrentes de conflitos raciais (Silva, 2023). Assim, os modos de adoecer e morrer da população negra estão relacionados com o fato de os negros serem alvos frequentes de racismo e preconceito no Brasil, que revelam vulnerabilidades e iniquidades em saúde (Schucman; Nunes; Costa, 2017).

A Política Nacional de Saúde Integral da População Negra destaca, inclusive, a importância de reconhecer o racismo e as desigualdades étnico-raciais como determinantes sociais da saúde, com o objetivo de promover a equidade no Sistema Único de Saúde – SUS. Como exemplo, pode-se conferir o número mais alto de suicídios entre adolescentes e jovens negros quando comparados aos brancos, taxa essa que teve aumento de 53% em 2012 para 55% em 2016, evidenciando um agravamento da situação (Brasil, 2018; Silva; Oliveira, 2021).

O adoecimento da população negra é produto do colonialismo (Silva; Oliveira, 2021), cujo método provém da dominação de uma nação sobre a outra, tanto por meios territoriais, quanto culturais e econômicos, com negros sendo introduzidos como mão-de-obra escravizada para atender aos anseios mercantis da metrópole portuguesa (Faustino; Rosa, 2023). Sendo a

história um processo que se realiza por acumulação, faz-se importante entender como o passado se atualiza no presente, já que o racismo é um fenômeno cultural determinado pelas relações históricas e econômicas, que marginaliza, estigmatiza e rejeita a população negra (Benedito; Fernandes, 2020; Lanza, 2021). O passado colonial brasileiro – que se estendeu entre os séculos XVI e parte do século XIX – marca as relações existentes entre as pessoas nos dias de hoje. Compreender a história e, portanto, o contexto, é fundamental para a elucidação dos aspectos da construção da subjetividade e da identidade, assim como fornece elementos para análise de como se estabelecem as relações sociais e afetivas da sociedade (Abreu, 1998; Silva, 2023).

Ao contar a história do Brasil, para além da chegada dos portugueses e da dominação dos povos originários, é preciso ponderar sobre os negros de diversas regiões da África, que, por meio de força e violência, foram trazidos contra a sua vontade a esta terra para trabalharem como escravizados. O comércio e a utilização de mão de obra escravizada eram práticas legalizadas e amplamente utilizadas no Brasil colonial. Não usufruindo de qualquer tipo de direito, essas pessoas foram tratadas de forma desumana, sendo também obrigadas a aprender outro idioma e a terem outro credo (Abreu, 1998; Benedito; Fernandes, 2020).

Durante o período colonial, a resistência marcou a condição negra no Brasil. As estratégias usadas podem ser vistas tanto sob a perspectiva individual (fugas, recusa de atividades, suicídio e assassinato de seus senhores), como pela coletiva (constituição de quilombos, que eram comunidades formadas por escravizados fugitivos) (Benedito; Fernandes, 2020).

Mais de trinta anos antes da abolição da escravatura, foi criada a Lei de Terras, em 1850, a primeira regulamentação fundiária, que limitava a obtenção de terras devolutas por meio de compra e venda, iniciando a comercialização de lotes que impedia intencionalmente o acesso de quilombolas (escravizados fugitivos) e de pequenos produtores, favorecendo a disseminação de latifúndios pelo país. Por volta do mesmo período, tornou-se crime de pirataria o tráfico de pessoas escravizadas por meio da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850, e foi facilitada a imigração de força de trabalho europeia para o país, majoritariamente para ocupar postos de trabalho nas grandes lavouras ou em atividades urbanas, dificultando o acesso de ex-escravizados a empregos formais. Substituídos pelos imigrantes europeus, os negros se veem marginalizados e excluídos. Cabe-lhes o trabalho doméstico ou agrícola, já que são considerados incompetentes e maus trabalhadores comparados aos europeus, tidos estes como superiores uma vez que sua cor de pele denotava superioridade, inteligência, capacidade. Ainda que fosse preciso, a partir de 1888 com a promulgação da Lei Áurea, que os donos de terras pagassem aos trabalhadores, os recém libertos continuaram sendo hostilizados e tidos como não merecedores de um labor

remunerado. Cabe ressaltar, também, que nem mesmo com a Lei Áurea houve reintegração de direitos a essas pessoas ou sua inserção na sociedade. A estrutura social de desigualdades se perpetua, na medida em que os trabalhos destinados aos escravizados libertos os impedem de sair da marginalidade social, destituídos de direitos e invisíveis à sociedade (Amorim; Tárrega, 2019; Benedito; Fernandes, 2020; Mendes, 2009; Moraes, 2023; Terra, 2021).

Até os dias atuais, as lógicas coloniais seguem afetando as relações sociais e de trabalho entre negros e brancos. A população negra está exposta a fatores de risco, fruto da humilhação e constrangimento presentes nas relações raciais, que produzem sintomas físicos e psíquicos. Estes últimos são agravados pela manutenção do *status quo* da desigualdade social por omissão da população branca e pelo caráter invisível, não expresso, do racismo, que muitas vezes causa sofrimentos já internalizados e não percebidos, de forma a evitar o contato com as temáticas de dor (Bento; Carone, 2016; Kon; Silva; Abud, 2017).

Neste sentido, Bento (2022) descreve que a branquitude se constrói a partir da cumplicidade entre brancos, num pacto não verbalizado que é transmitido por meio das gerações e mantém as pessoas negras na invisibilidade, chamado de pacto narcísico da branquitude. Tal pacto está a serviço da autopreservação do grupo e contra a ameaça e o medo de que o "diferente" [grifo nosso] – no caso, o negro – traria ao sentimento de universalidade do grupo. São os sentimentos de ameaça e de medo que constituem a base do preconceito.

O termo branquitude convida para a reflexão sobre a identidade branca em uma sociedade marcada pela separação racial e pelos espaços estruturais que essa sociedade cria, incluindo as representações de cada grupo. Dessa forma, nos indivíduos brancos há uma ideia de que a identidade branca é universal e uma não-consciência do que acumularam de privilégios materiais e simbólicos em função da exploração dos negros. Já nos indivíduos negros, o branqueamento¹ os compele a se conformar aos padrões estabelecidos pela sociedade branca, resultando no distanciamento e na negação de sua própria identidade racial (Bento; Carone, 2016; Piza, 2016). Hoje, não é a ação, mas sim a omissão por parte da população branca que contribui para a manutenção do racismo nas estruturas sociais por meio de seus privilégios políticos, econômicos e subjetivos, em sociedades estruturadas pelo racismo, que estão numa posição de superioridade. Quando confrontados a experiências de enfrentamento racial, a população branca costuma reagir com raiva, isolamento, culpa e dissonância cognitiva².

¹ Entendido como um projeto da intelectualidade branca, no final do século XIX e XX, para apagamento da presença negra por meio do clareamento do tom de pele via mestiçagem (Reis, 2022).

² Conflito decorrente da contraditoriedade de atitudes, crenças e valores de um indivíduo (Maia; Tinoco; Zamora, 2023).

Vivemos em um cenário onde o racismo está imbricado em nossas estruturas ao mesmo tempo em que exaltamos a miscigenação do país e temos orgulho de nossa nacionalidade. A população branca cinde com a realidade negando à consciência a sua participação e responsabilidade visando manter seus privilégios, postura esta que atualiza a opressão da população negra. Deste modo, evidencia-se a dimensão traumática e violenta do racismo como promotora de adoecimento (Bento; Carone, 2016; Capelasso; Caniato, 2024; Silva, 2023).

Segundo Ramos e Carvalho (2024), há uma ideologia relacional que define o que é ser branco, na qual este se coloca em uma posição de poder não nomeada, cujo olhar sobre o mundo é centrado na pessoa branca, mantendo-a numa zona de conforto; assim, o discurso sustenta e justifica as hierarquias estabelecidas tanto na ação, quanto na invisibilidade. Destacam também que há uma especificidade na branquitude brasileira, em função da nossa constituição enquanto país, que não se coloca na oposição direta branco/negro, mas em seu escamoteamento via a ideia de miscigenação e ideal de branqueamento.

Advindas do racismo, em geral, as desigualdades raciais não são reconhecidas ou são tratadas como se fossem individuais. A população negra vive um processo de inferiorização macrocultural e subjetiva produzido pelas desigualdades sociais. Essa inferiorização é internalizada, produzindo impactos na saúde e no adoecimento mental. As experiências cotidianas da população negra são traumáticas ao exporem o negro a um não lugar na sociedade ou a um lugar animalizado e inferiorizado como no caso da hipersexualização, em que os homens negros costumam ser considerados como pessoas de grande potência sexual, e as mulheres negras reduzidas a características físicas atraentes. Há uma contraposição entre a intelectualidade ligada aos brancos e o sexual ligado aos negros; ou seja, a hipersexualização seria uma forma de animalizar e inferiorizar os negros em comparação aos brancos (Lanza, 2021).

Embora o racismo seja uma realidade presente na vida de toda a população negra, é fundamental ressaltar que as mulheres negras enfrentam desafios específicos que as colocam em uma posição de fragilidade ainda maior. Ao longo da história, desde a dispersão africana, elas têm sido afetadas por desigualdades estruturais e preconceitos, vivenciando a solidão de uma forma única. Além do racismo, essas mulheres enfrentam outros tipos de discriminação ligadas a gênero e condições socioeconômicas, o que agrava sua marginalização. Tudo isso afeta diretamente a maneira como são recebidas ou rejeitadas nas relações sociais, no ambiente profissional e no acesso aos cuidados de saúde (Silva, 2021).

Por exemplo, as mulheres negras que conseguem adentrar o espaço acadêmico sentem a sua identidade sendo constantemente oprimida e marginalizada. Elas se tornam alvo de

microagressões, como o isolamento e a exclusão social, e têm seu desempenho frequentemente questionado, além de haver questionamentos sobre como ocorreu seu ingresso no ensino superior: se por mérito próprio ou por cotas raciais. No mercado de trabalho, muitas vezes são vistas como menos capazes do que seus colegas homens brancos, o que perpetua a desigualdade de oportunidades (Silva, 2021).

No que diz respeito às relações sexuais, o corpo da mulher negra é frequentemente visto como algo à disposição, sendo objetificado e despersonalizado. Durante o período da escravidão, as mulheres negras eram constantemente agredidas sexualmente pelos senhores de pessoas escravizadas, que utilizavam-se do fenótipo dessas mulheres para justificar suas ações violentas. Conforme Mizael, Barrozo e Hunziker (2021) trazem, a sexualização e desumanização continuam a afetar as mulheres negras até hoje, que ainda enfrentam comentários sobre seus corpos, muitas vezes vistos como excessivamente sexualizados. Esses estereótipos ainda se perpetuam na sociedade atual, como é evidenciado por expressões como “mulata para transar, branca para casar e preta para trabalhar” (p. 216).

Nesse contexto, a mulher negra é com frequência desconsiderada em seu sofrimento, sendo estigmatizada pela ideia “da super-mulher e da hipersexualização” (Silva, 2021, p. 1), o que resulta em um isolamento nas relações afetivas e sociais. Apesar de enfrentar múltiplas violências no cotidiano, seja no ambiente doméstico, no mercado de trabalho, nas instituições acadêmicas ou no acesso aos serviços de saúde, ainda assim há poucos estudos que abordam a solidão da mulher negra, o que pode sugerir uma desvalorização do sofrimento e das consequências para a saúde mental decorrentes dessa experiência (Silva, 2021).

No mercado de trabalho, a população negra, que historicamente é marginalizada, permanece em desvantagem quando se fala do acesso a empregos formais e a cargos de maior prestígio, sendo frequentemente vetada à possibilidade de ocupar cargos de liderança pela discriminação no âmbito institucional (Bento; Carone, 2016; CFP, 2017). Mesmo quando conseguem ocupar esses espaços, ainda enfrentam desafios como a desvalorização de suas competências, a invisibilização de suas conquistas e a necessidade de provar constantemente a sua capacidade. Além disso, a branquitude se manifesta na exclusão dos negros de redes de indicação profissional e na concentração de oportunidades entre aqueles que compartilham de privilégios raciais herdados de uma estrutura histórica excludente. Esse cenário não apenas limita a ascensão social da população negra, mas também impacta diretamente em sua saúde mental, gerando sentimento de frustração, inadequação e esgotamento diante das barreiras impostas pelo racismo institucional (Bento; Carone, 2016).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2023), correspondentes à pesquisa realizada no ano de 2022, indicam que as mulheres pretas ou pardas dedicaram, em média, 1,6 horas a mais por semana às atividades domésticas quando comparadas com as mulheres brancas. Referente à participação no mercado de trabalho, observou-se uma diferença de quase 15p.p. entre mulheres pretas ou pardas (45,4%) e homens brancos (30,7%). Ainda em 2022, o rendimento médio delas foi equivalente a 78,9% do recebido por homens. Já no âmbito acadêmico, a proporção de mulheres brancas com 25 anos de idade ou mais com nível superior completo (29%) era o dobro das mulheres pretas ou pardas (14,7%). Consta ainda que 41,3% das mulheres pretas ou pardas que vivem no Brasil estão abaixo da linha da pobreza, contra 21,3% das mulheres brancas. Em dados oficiais, divulgados na Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, acerca do segundo trimestre de 2024, nota-se a intensa desvantagem da mulher negra no mercado de trabalho: a taxa de desemprego entre elas é duas vezes superior ao do homem não-negro (10,1% *versus* 4,6%, respectivamente). Também é destacado pela pesquisa, em dados contidos no Relatório da Transparência Salarial realizado em 2023, que as mulheres possuem remuneração 20,7% menor que os homens em mesmas funções. Contudo, a discrepância se torna ainda maior ao se fazer um recorte por raça: a remuneração de uma mulher negra pode chegar a ser 50,2% inferior à dos homens brancos ao exercerem as mesmas funções corporativas (Brasil, 2024).

Diante disso, é mister que a psicologia, enquanto disciplina que se ocupa de zelar e promover a saúde mental, intervenha e apoie no desvelamento de sofrimentos psíquicos gerados pelas questões raciais. Para tanto, será preciso questionar e rever elementos e posições que historicamente fazem parte do conhecimento psicológico.

Como sabemos, a psicologia teve início no Brasil no século XIX, trazida da Europa por psiquiatras com o propósito de normalizar diferenças e deficiências com base em características físicas. Neste contexto, a intenção era marginalizar aqueles que não se enquadravam nos padrões de normalidade, sendo os negros alvo frequente deste olhar, dada a perspectiva do grupo majoritário. No entanto, os modelos teóricos utilizados para compreensão da realidade na Europa desta época não dão conta da desigualdade social, da diversidade étnico-racial e do racismo presentes no Brasil e das diferenças culturais existentes. Sobre este tema, Frantz Fanon (1952/2020) afirma que os esquemas teóricos utilizados são inadequados para entender a realidade dos povos colonizados e a estrutura socioeconômica como produtora de subjetividades e sofrimento psíquico (Benedito; Fernandes, 2020; Lanza, 2021).

Apesar do início da psicologia no Brasil ocorrer no século XIX, foi apenas na década de 1930 que se dá a gênese da psicologia enquanto disciplina formal no ensino superior, com

produções na então emergente psicologia social. Esta, por sua vez, descreve que o fenômeno do racismo pode ser entendido de forma a localizar a responsabilidade nas relações de poder entre diferentes grupos como fator de hierarquização e diferenciação social, e não no sujeito discriminado (Schucman; Martins, 2017). As primeiras ideias de degeneração de raça surgem nas décadas de 1930 e 1940, de um modelo psicofísico que nomeia e descreve as “deficiências” [grifo nosso] do negro brasileiro, responsáveis por acarretar consequências sociais decorrentes do convívio com a então intitulada raça negra. Logo, esse discurso foi substituído por um modelo de mestiçagem positivista (Schucman; Martins, 2017). Sendo assim, surge um novo movimento histórico influenciado pelo modelo sociocultural de cunho freyano³, pela formalização da psicologia como disciplina, pela psicologia social e pelo projeto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que em um movimento de cooperação racial do mundo acabam por demonstrar que o que impede a integração do sujeito à sociedade é o preconceito, e assim é colocado em xeque o mito de democracia racial brasileira, trazendo à tona “o racismo à brasileira” (Schucman; Martins, 2017, p. 177). Por democracia racial entendemos o escamoteamento dos conflitos nas relações de poder e da violência nelas envolvida.

A década de 1950 marca o entendimento de que é a desigualdade social que fomenta e produz tanto a desigualdade racial quanto o preconceito, entendimento esse que será incrementado nas décadas de 1970 e 1980, quando a categoria de raça passa a ser entendida como essencialista, um constructo social, isento de qualquer cunho cultural e biológico (Schucman; Martins, 2017; Schucman; Nunes; Costa, 2017).

A década de 1980 marca o entendimento de que o psicólogo, presente em diferentes campos sociais, têm um papel fundamental no combate ao racismo. O mito da democracia racial inventado por Gilberto Freyre consolida a ideia de que não havia diferenças raciais no Brasil. Dessa forma, raça se tornou um assunto proibido e com isso solidifica-se a falsa afirmativa de que não há racismo no país. Tal fato encobre as diferenças injustas entre as vivências de pretos e brancos, negando a necessidade de reparação histórica. A negação e o silêncio frente ao racismo induzem à internalização e à reprodução irrefletida de valores discriminatórios, atuando como reforçador da violência cotidiana. Por outro lado, a vítima do racismo tem sua fala desautorizada e também é invalidado enquanto sujeito. Assim, da invalidação do sofrimento advém o trauma, que se reflete na perda da confiança em si e no outro (Lima; Gaudenzi, 2023).

³ Referência a Gilberto Freyre, autor da obra *Casa-Grande & Senzala*, 1933/2003.

Em 1990 surgiu o Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, com o propósito de conectar a psicologia às vítimas do racismo e articular, junto à categoria de profissionais, publicações, eventos científicos e projetos sociais. Em 1995, quatro psicólogas negras fundaram o Instituto AMMA Psique e Negritude, argumentando sobre a necessidade de desconstruir os efeitos psicossociais gerados pelo racismo, para além da destruição pela via política (Schucman; Martins, 2017).

Nos anos 2000, as reivindicações do Movimento Negro resultaram em importantes vitórias no âmbito legal. A Lei nº10.639/2003 (Brasil, 2003) tornou obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira em todos os níveis de ensino, em qualquer tipo de instituição pública ou privada no Brasil. No âmbito do ensino superior, as diretrizes curriculares para abordagem das relações étnico-raciais, assim como o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, foram estabelecidas pelo Parecer nº3/2004 e pela Resolução nº1/2004 do Conselho Nacional de Educação – CNE (Carvalho; Souza; Macedo, 2020). Ainda nesse período, por meio da Resolução nº18/2002, o Conselho Federal de Psicologia – CFP formaliza normas de atuação para os psicólogos, no que diz respeito ao preconceito e à discriminação racial, atuando tanto na promoção da saúde quanto no enfrentamento da negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (CFP, 2002).

Já em 2017, foi divulgado pelo CFP um documento elaborado pela entidade, que se constituiu como referências, do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – CREPOP, como resposta às demandas que visam orientar a todos os profissionais da psicologia sobre o racismo e como contribuir para tal enfrentamento. Este documento também propõe reflexões sobre o socioracismo, que se refere às desigualdades estruturais resultantes do racismo historicamente enraizado na sociedade. Ele não se limita a manifestações individuais de preconceito, mas abrange um sistema que perpetua a exclusão racial em diversas esferas, como educação, mercado de trabalho e acesso a direitos básicos. Essa perspectiva destaca que o racismo não é apenas uma questão de atitudes pessoais, mas está institucionalizado, influenciando políticas e práticas que afetam negativamente determinados grupos raciais. Este documento tem o intuito de guiar e consolidar medidas que resultem na melhora da saúde mental e implementar a real igualdade tanto debatida e ainda não alcançada na população brasileira (CFP, 2017; Ramos; Carvalho, 2024).

O CFP (2017) destaca o impacto que o marco das primeiras teses aprovadas com recorte racial, em 2001 no Congresso Nacional de Psicologia – CNP, em Brasília, teve na melhoria da compreensão acerca da saúde mental da população negra brasileira, com a visão sócio-histórica e cultural que é cabida. Cinco anos mais tarde, em 2022, foi instituído pelo CFP o prêmio

profissional “Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista” [grifo nosso], realizado anualmente com o objetivo de premiar e promover iniciativas que abordem a psicologia e as relações étnico-raciais (CFP, 2022). Apesar de a psicologia, em tempos anteriores, ter se posicionado de forma a compactuar com o racismo, muitas mudanças advindas de posicionamentos contrários, especialmente de psicólogas negras, têm possibilitado uma melhoria cada vez mais expressiva, apesar de ainda incipiente.

Embora a psicologia tenha expandido reflexões e investigações sobre as dores psíquicas associadas ao contexto sociopolítico do sujeito, como destacam Rosa (2022) e Viapiana, Gomes e Albuquerque (2018), questões étnico-raciais parecem não ter sido muito presentes nessas discussões. Por meio da educação e da produção de conhecimento é possível reconhecer as questões étnico-raciais em nosso contexto, em uma ação que busca legitimar a visão de mundo da população negra que foi colocada em situação de exploração e de exclusão social. Sabemos, contudo, que a educação das relações étnico-raciais não esteve presente em nosso país historicamente, sendo recente o aumento das discussões sobre o tema (Schucman; Martins, 2017; Silva; Oliveira, 2021; Lima; Gaudenzi, 2023).

Como agravante, as teorias e práticas dominantes na psicologia se servem da tecnologia do biopoder⁴ de controle de corpos e subjetividades, assim como seguem a lógica da necropolítica⁵ (Lanza, 2021), perpetuando a falta de conhecimento da classe de psicólogos sobre questões raciais por se ater à discriminação como norma e impedindo uma atuação mais empática e efetiva junto à população negra. Um dado que corrobora com esta situação é apontado pelo Censo da Psicologia Brasileira – CensoPsi (2022): dentre a classe de profissionais da psicologia autodeclarados, 64% correspondem a pessoas brancas, contrastando com 26% de pessoas pardas e somente 8% de pessoas pretas. Evidencia-se também discrepância dos rendimentos, pois dentre os profissionais não brancos – pretos, amarelos, indígenas e pardos – a renda mensal média é de R\$5.186,33, enquanto para os profissionais brancos essa média é de R\$7.297,02.

⁴ Biopoder é um termo cunhado por Michel Foucault (filósofo, professor, psicólogo e escritor), surgido em análise da atuação do estado de exceção à época do Nazismo. Designa o poder de decisão sobre a continuidade da vida ou extinção de determinados grupos sociais (Santos; Reis, 2021).

⁵ O termo Necropolítica refere-se à teoria de Achille Mbembe (filósofo, cientista político, historiador, intelectual e professor universitário), nascida a partir do conceito foucaultiano de biopoder e estendido para além do estado de exceção, tocando sociedades em que a política discriminadora de raças é feita como norma. Designa o poderio político definidor da vida ou da morte de grupos raciais, presente em demasia em países colonizados, em que o aniquilamento racial se estende ao longo do tempo e está imbricado tanto na exposição à morte quanto na rejeição dos grupos (Santos; Reis, 2021).

A pouca ênfase dada à discussão sobre o racismo na psicologia parece se estender à formação do psicólogo. Os Projetos Políticos Pedagógicos⁶ (PPPs) de diversas instituições de ensino superior pelo Brasil demonstram limitada presença de discussões sobre questões raciais ao longo da formação: quando estão presentes na grade curricular da formação de psicólogos, estão comumente em disciplinas de ciclo básico, como psicologia social comunitária, ou em disciplinas eletivas, rarefazendo a ênfase aos temas e prejudicando a fixação do aprendizado. Para além disso, os autores e ideias presentes nas disciplinas são sobremaneira abordagens europeias e estadunidenses, perpetuando o pacto narcísico da branquitude (Gomes; Sathler; Farias, 2022). Carvalho, Souza e Macedo (2020) buscaram nas 526 instituições de ensino superior de psicologia – aprovadas pelo MEC à época, conforme sua pesquisa – e encontraram apenas 54 projetos, e destes apenas 24 continham descritores relacionados às questões de gênero e étnico-raciais. Ou seja, menos da metade dos projetos pedagógicos encontrados – que, por sua vez, foram menos de 10% de todos os cursos de psicologia verificados – apresentavam algum componente curricular com menção às temáticas de gênero e étnico-raciais.

O documento produzido pelo CFP em 2017, que fornece diretrizes para a atuação do psicólogo com questões étnico-raciais, considera haver uma insuficiente produção na psicologia sobre as relações raciais, embora as produções existentes sejam de relevância para a discussão da problemática. Levanta-se como hipótese a constatação de que a maioria das(os) psicólogas(os) e pesquisadoras(es) é branca e não se percebe racializada, mantendo, portanto, a branquitude como identidade racial normativa. Há uma crítica à pretensa neutralidade das pesquisas, pois ao não pensar a branquitude, mantém a parcela da população branca sem perceber seus privilégios, tomando-os apenas como uma construção histórica sem consequências (CFP, 2017).

Neste sentido, o silenciamento sobre as questões étnico-raciais na psicologia pode resultar no desconhecimento do impacto do racismo na saúde mental e na consequente insatisfação dos pacientes com o serviço prestado, pois estes não se sentem compreendidos. Um exemplo é o caso relatado por uma das entrevistadas no estudo feito por Amaro e Mattos (2022), no qual a participante afirma querer trocar sua psicóloga branca por uma preta; isso foi descrito por ela ao relatar seu entristecimento profundo quando do assassinato de Marielle Franco (ativista e política brasileira assassinada em 2020). A participante declarou que escutou como

⁶ Projeto Político Pedagógico é um conjunto de diretrizes que orienta a instituição, estabelecendo a missão e o propósito e guiando o desenvolvimento do curso ao delimitar o que a instituição se propõe a executar, de que forma participará da formação de cidadãos e quais são as estratégias pedagógicas a serem implementadas (Veiga, 1998).

retorno de sua psicóloga que deveria ignorar o assunto, ou seja, seu mal-estar não foi reconhecido.

É muito importante destacar que, para o desenvolvimento da prática psicológica em geral, a compreensão do contexto de violência ao qual a população negra está submetida é essencial. O psicólogo deve estar atento às singularidades e aos processos sociais e étnico-raciais envolvidos no sofrimento. A compreensão do contexto permite entender como o adoecimento mental é produzido e gerido. O compromisso de superação do racismo só pode ser coletivo (Lanza, 2021).

A superação do racismo, sob a ótica da saúde mental, transpassa as paredes dos consultórios privados e desemboca na consolidação de políticas públicas, com a elaboração de estratégias que contemplem as questões específicas da sociedade brasileira a partir de suas demandas contextualizadas (CFP, 2017). Considera-se que a saúde mental da população negra continuará a ser prejudicada se não houver garantia de acesso aos direitos básicos de moradia, educação, renda, alimentação e saneamento básico, ou seja, condições dignas de existência, cuja precariedade está diretamente relacionada ao racismo estrutural. Dessa forma, deve haver um compromisso e um engajamento coletivos fundamentalmente articulados à mobilização e à luta política em prol da justiça social. A viabilidade dessa superação passa por pautar a centralidade do debate racial, relacionado ao contexto de recorte de classe para o contínuo processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Silva; Carneiro, 2023).

Deste modo, a psicologia desempenha um papel fundamental na promoção da equidade racial e na luta contra o racismo. Como ciência, a psicologia tem o poder de contribuir significativamente para a compreensão dos fatores psicológicos que sustentam o racismo e para o desenvolvimento de estratégias eficazes de prevenção e intervenção, investigando os impactos na saúde mental e no bem-estar psicossocial e provendo embasamento para políticas públicas. Ademais, o psicólogo deve conhecer leis e importantes marcos que contribuem e possibilitam a equidade racial, também como fonte de ensinamento e luta contra o racismo (CFP, 2017).

Não obstante, diante da temática de superação do racismo, é preciso que o coletivo esteja na contramão do silenciamento e da impossibilidade de escuta, historicamente constituídos e política e economicamente sustentados. É preciso dar voz à população negra, se atentar e respeitar as suas demandas, sendo estratégias de dimensões de posicionamento político que podem romper com o sistema social produtor de adoecimento e atuar como elemento de transformação da realidade social (Silva; Carneiro, 2023).

Diante da realidade social brasileira racista construída desde o período colonial e perpetuada pelo pacto narcísico da branquitude citado por Bento (2022), entendendo a

psicologia como classe que deve zelar pelo bem-estar psíquico da população, e colocando-nos como agentes participativos da transformação, questionamos: como a psicologia tem investigado questões étnico-raciais ao longo dos últimos 3 anos?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Realizar uma revisão de literatura sobre como a psicologia tem abordado as questões étnico-raciais.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Levantar como a psicologia tem investigado as questões étnico-raciais.
- Identificar quais os efeitos das questões étnico-raciais na população em termos de problemas e transtornos psicológicos.
- Identificar se a psicologia tem realizado intervenções acerca das questões étnico-raciais.

1.4 Hipóteses

- Será verificado que as questões étnico-raciais têm um impacto significativo na saúde mental da população, contribuindo para a manifestação e agravamento de problemas e transtornos psicológicos como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático.
- Será identificado um aumento de propostas e de implementação de intervenções da psicologia direcionadas para questões étnico-raciais ao longo dos últimos 3 anos.
- O racismo será concebido como um sistema de opressão institucionalizado, que permeia as relações sociais na sociedade brasileira.

1.5 Justificativa

De acordo com o Censo 2022 do IBGE, a população negra corresponde a 55,5% da população brasileira, cerca de 112,7 milhões de pessoas (Belandi; Gomes, 2023).

Apesar disso, ainda segundo o Censo 2022, as taxas de analfabetismo de negros (10,1%) e pardos (8,8%) são mais que o dobro da taxa dos brancos (4,3%) (IBGE, 2024). Em relação à remuneração, o rendimento-hora da população ocupada branca (R\$ 20,00) era 61,4% maior que o da população negra ou parda (R\$12,40), além de a taxa de desemprego entre negros e pardos ser maior do que entre brancos (IBGE, 2023).

A Organização Mundial de Saúde – OMS, em 1946, definiu a saúde como: "Um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doença ou enfermidade". Partindo deste pressuposto, podemos considerar que as desigualdades sociais da população negra ou parda influenciam diretamente na saúde dos sujeitos negros em várias dimensões, como: física, mental e social (Brasil, 1949).

Historicamente, a população negra é majoritária nas internações psiquiátricas, correspondendo a 38% da população manicomial no Estado de São Paulo, enquanto nesse mesmo período verifica-se que 27% da população era negra (preta ou parda) no referido estado (Barros *et al.*, 2014). A situação agrava-se ao notarmos que, segundo o Ministério da Saúde, a incidência de suicídios entre jovens negros é 45% maior quando comparados a jovens brancos (Brasil, 2018).

A reflexão acerca da importância da discussão de questões étnico-raciais na prática psicológica é urgente e de extrema importância, dado que tais questões são alicerces da construção da subjetividade e, também, gênese de sofrimento psíquico. Assistências psicológicas de qualidade requerem que o psicólogo esteja fundamentado em sua prática, o que passa pela adequada formação desse profissional, embasado nas diversas questões humanas, científicas e técnicas (Benedito; Fernandes, 2020).

O psicólogo deve ser sensível às questões étnico-raciais em nosso país, entendendo que somos atingidos e atravessados por estas a todo momento: quando o tema surge explicitamente e quando está implícito; quando o tema se revela nas estruturas da sociedade; quando acomete o sujeito na sua individualidade; quando se apresenta em forma de tensões sociais; quando o tema surge pela posição de privilégio do branco; e quando surge pelas situações de constrangimento e violência a serem superadas pelo negro. É por estarem imbricadas na sociedade e serem de competência técnica específica da profissão que tais questões são de relevância para os psicólogos, independentemente do seu local de atuação – estas superam as portas das clínicas e se fazem presentes nas escolas, nas organizações, nos espaços jurídicos e em todos os demais. Destarte, é importante investigar como as questões étnico-raciais estão sendo abordadas pela psicologia e como reverberam na prática, na atuação do psicólogo em diferentes contextos. Em relação à produção de conhecimento científico, o presente trabalho também se faz essencial, uma vez que revisões de literatura sinalizam o que já foi pesquisado acerca da temática e quais são as lacunas de conhecimento a serem preenchidas por estudos subsequentes.

2. MÉTODO

Este estudo teve caráter essencialmente qualitativo, método este que possibilita alcançar os significados, os motivos, as aspirações, as crenças, os valores e as atitudes do ser humano (Minayo; Deslandes, 2016). O delineamento foi de revisão integrativa da literatura, que pode ser definida como abordagem abrangente de metodologia de revisão que permite a inclusão de estudos tanto experimentais quanto não experimentais para uma compreensão mais completa do fenômeno em análise. Esta combina dados de literatura teórica e empírica, e abrange diversos objetivos como a definição de conceitos, a revisão de teorias e evidências, além da avaliação de questões metodológicas sobre um tema específico (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

2.1 Procedimento de Coleta de Dados

Foi realizada a pesquisa bibliográfica na base de dados Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. Para tanto, na busca foram utilizadas as seguintes palavras-chave: psicologia e racismo.

A amostra foi composta de publicações que atenderam aos seguintes critérios de inclusão e de exclusão. Quanto aos critérios de inclusão, foram abarcados pelo presente estudo: 1) publicações dos últimos 3 anos, compreendidas entre 2022 e 2024; 2) quanto ao tipo de documento foram selecionados artigos científicos publicados em periódicos indexados; teses de doutorado e dissertações de mestrado; 3) resultados publicados na íntegra; 4) resultados em língua portuguesa; 5) resultados cujo critério norteador foi a compreensão e intervenção da psicologia sobre questões étnico-raciais.

Por outro lado, foram desconsideradas as publicações que se encaixam em tais critérios de exclusão: 1) resultados duplicados; 2) livros e capítulos de livros; 3) resumos de anais de congresso e monografias; 4) resultados sem a disponibilização de resumo e/ou texto na íntegra.

A pesquisa bibliográfica foi realizada por dois trios de pesquisadores que realizaram o mesmo procedimento, mas de modo independente, ou seja, cada trio realizou uma busca na base de dados. Após análise conforme os critérios de exclusão a partir da leitura de títulos e resumos, o grau de concordância na comparação da seleção das publicações pelos dois trios de pesquisadores foi de 89%, sendo que as divergências foram resolvidas por consenso. O consenso alcançado entre os dois trios durante a comparação dos resultados garantiu uma verificação mais detalhada e com menos possibilidade de vieses dos dados coletados.

2.1.1 Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)

O primeiro trio realizou a pesquisa em 15/03/2025, às 23:30h, enquanto o outro a realizou em 20/03/2025, às 14:30h. Destaca-se que ambos os trios seguiram o mesmo procedimento – obtendo os mesmos resultados.

A busca foi realizada em computadores conectados à internet, sendo que no navegador foi digitado o link “<https://bvsalud.org/>” da Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. Nesta página da base de dados há um campo de busca no qual foram digitadas as palavras-chaves: “psicologia” AND “racismo”. Na lateral esquerda do site, nos campos de filtro foram selecionados o intervalo de ano de publicação 2022 a 2024 e o idioma português.

2.2 Procedimento de Análise de Dados

Os documentos foram ordenados via planilha em Excel e analisados por meio da técnica de análise de conteúdo em 12 categorias de análise: 1) tipo de publicação; 2) modalidade de produção científica; 3) ano de publicação; 4) autores; 5) tema do estudo; 6) objetivos; 7) nível de pesquisa; 8) delineamento; 9) resumo do método; 10) principais resultados; 11) principais conclusões.

As etapas da análise de conteúdo foram, de acordo com Rosa e Mackedanz (2021): 1) familiarização com os dados: leitura e releitura intensiva do material selecionado; 2) geração dos códigos iniciais: gerá-los para melhor identificação do conteúdo semântico e latente; 3) busca por temas: triagem dos temas mais frequentes e dos menos citados; 4) definição e denominação dos temas e comparação com a teoria consultada (análise e interpretação).

Em relação ao tipo de estudo, o referencial teórico utilizado foi a partir do autor Antônio Carlos Gil (2002), que categoriza os estudos em: exploratório, descritivo e explicativo. O estudo exploratório objetiva proporcionar maior familiaridade com um problema; na medida que o torna mais explícito, possibilita a formulação de hipóteses. Seguindo essa lógica, o autor descreve o estudo descritivo como responsável por descrever as características do fenômeno, populações ou relações entre variáveis. Por sua vez, a pesquisa explicativa é responsável por esclarecer os porquês ao identificar e/ou explicar os fenômenos.

2.3 Considerações Éticas

Este trabalho seguiu as diretrizes estabelecidas na Resolução nº510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (Brasil, 2016), que trata da ética em pesquisas envolvendo seres humanos nas Ciências Humanas. É importante destacar que, por se tratar de uma revisão de literatura, a

coleta de dados foi baseada na análise de publicações existentes sobre o tema investigado, sem que houvesse qualquer interação dos pesquisadores com os autores ou participantes dos estudos. Assim, não ocorreu o envolvimento direto com seres humanos, limitando-se à análise de textos e, portanto, considera-se que esta pesquisa apresenta risco mínimo.

Esta resolução enfatiza a importância do respeito à dignidade humana, o que implica a proteção dos direitos e da autonomia dos indivíduos. Embora a pesquisa não envolva interação com participantes e a coleta de dados pessoais, todos os documentos analisados foram tratados com respeito e diligência, evitando a exposição de informações sensíveis que poderiam comprometer a integridade dos autores. Assim, todas as publicações utilizadas na pesquisa foram devidamente citadas e referenciadas, assegurando a correta atribuição dos direitos autorais.

Por fim, a condução desta pesquisa foi pautada por uma prática acadêmica responsável e ética, em conformidade com os postulados do Código de Ética do Psicólogo (CFP, 2005) e com as diretrizes da mesma resolução já mencionada, garantindo que todas as etapas respeitassem os princípios éticos fundamentais, contribuindo para uma pesquisa mais consciente e respeitosa.

3. RESULTADOS

A pesquisa inicial foi realizada por dois grupos de três pessoas, sendo que o primeiro grupo coletou dados no dia 15/03, às 23h30, e o segundo grupo no dia 20/03, às 14h30. A ferramenta utilizada para a pesquisa foi a Biblioteca Virtual em Saúde – BVS, acessada por meio do link <https://bvsalud.org/>. No campo de busca, foram inseridas as palavras-chave: “psicologia” AND “racismo”. Adicionalmente, foram aplicados filtros para o intervalo de publicação, selecionando os anos de 2022 a 2024, e o idioma português. Esses filtros estavam localizados na lateral esquerda do site, resultando em um total de 126 publicações.

Destas 126, foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Foram excluídas 94 publicações por não condizerem com a temática pesquisada; 4, por se tratar de documentos que não eram artigos, teses de doutorado ou dissertações de mestrado; 2, por serem resultados duplicados; e 1 por estar em idioma estrangeiro, totalizando 101 exclusões. Assim, a amostra final do presente estudo totalizou 25 publicações, que atenderam aos critérios estabelecidos.

Na tabela 1, encontram-se descritos de forma detalhada os tipos de exclusões realizadas, bem como os motivos e as respectivas quantidades.

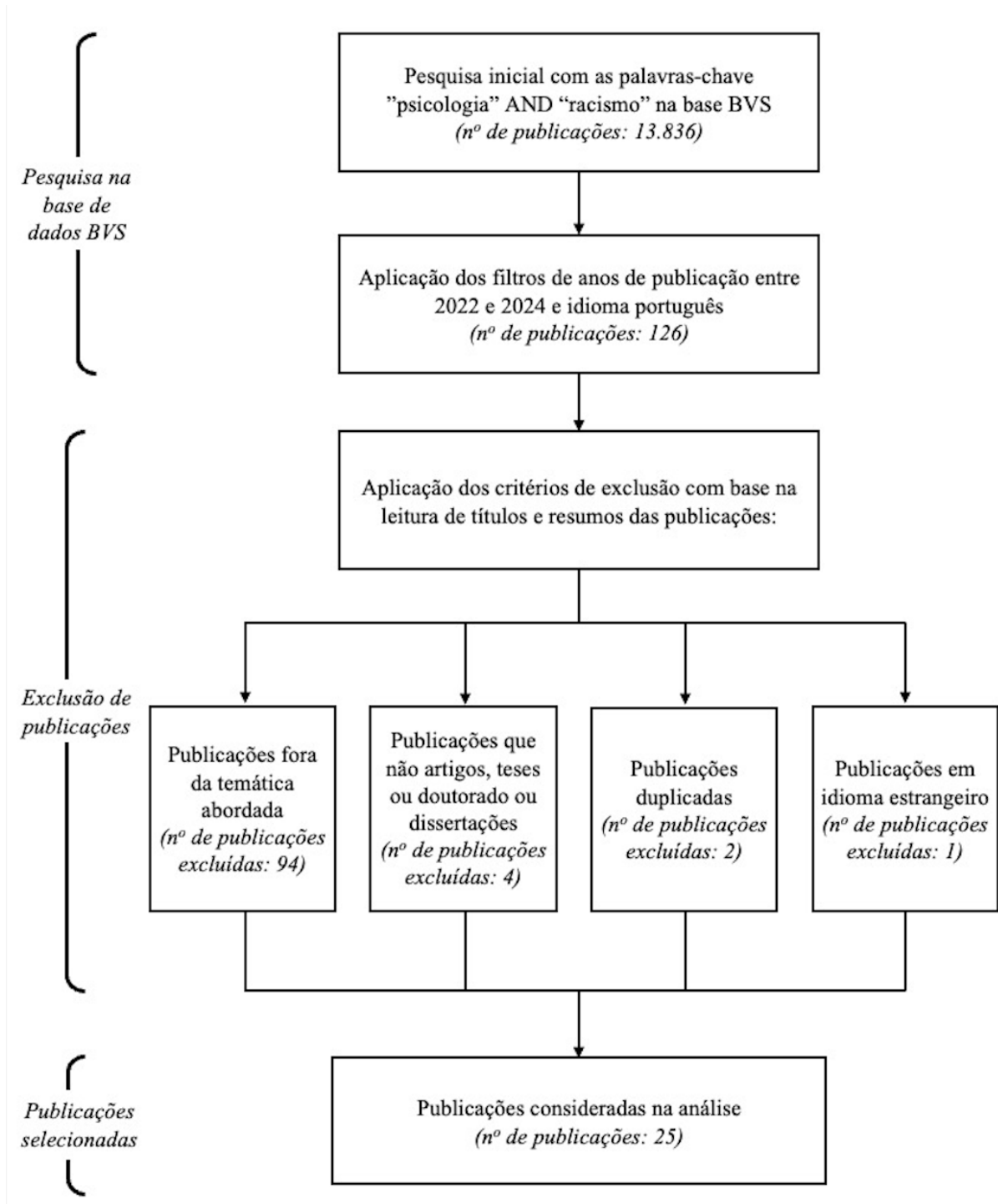
Tabela 1 - Critérios de exclusão dos resultados encontrados na base de dados da BVS do presente estudo.

Critérios de exclusão	Quantidade
Publicação fora da temática abordada, sobre compreensão e intervenção da psicologia sobre questões étnico-raciais	94
Resultado duplicado	2
Idioma estrangeiro	1
Não contém resumo	0
Resultado não apresentado na íntegra	0
Tipo de publicação excluída	4
Fora dos anos de publicação (2022 a 2024)	0
Total de publicações excluídas	101

Fonte: próprios autores, 2025.

Em sequência, foi incluído o fluxograma 1, que ilustra o processo seguido para determinar o número final de publicações avaliadas.

Fluxograma 1 - Processo de pesquisa, exclusão e seleção das publicações.



Fonte: próprios autores, 2025.

Deste modo, a amostra final de publicações da presente revisão integrativa da literatura, produto da busca na base de dados BVS, foi de 25 publicações, que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão.

Para análise das publicações selecionadas foi aplicada a técnica de análise de conteúdo (Rosa; Mackedanz, 2021) que resultou na elaboração de 12 categorias de análise, a saber: 1) tipo de publicação; 2) modalidade de produção científica; 3) ano de publicação; 4) autores; 5) tema do estudo; 6) objetivos; 7) nível de pesquisa; 8) delineamento; 9) resumo do método; 10) principais resultados; 11) principais conclusões.

Em relação ao tipo de publicação, a seleção é composta por 24 artigos científicos e 1 tese de doutorado.

Quanto à modalidade de produção científica, foram identificados: 15 estudos teóricos ou de reflexão, que refere-se a uma análise com reflexão crítica sobre o fenômeno pesquisado, visando aprofundar a sua compreensão; 6 relatos de experiência, com a coleta de informações sobre as experiências vividas pelos pesquisados, contextualizando-as e utilizando-se de objetividade e estofo teórico para sua aplicação; e 4 relatos de pesquisa empírica, derivada da observação e da experiência direta ou indireta do pesquisador, focalizando na coleta de dados (Gil, 1994; BIREME; OPAS; OMS).

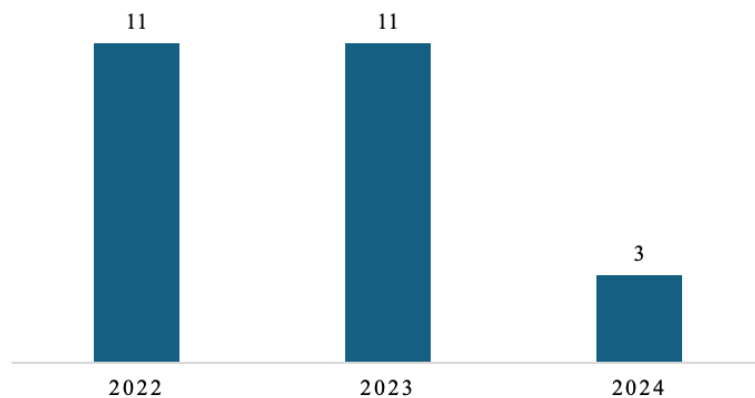
Em relação ao delineamento do método, este corresponde ao planejamento e a especificação de como a pesquisa será realizada, podendo seguir abordagens de pesquisa quantitativas, qualitativas ou mistas. Pesquisas quantitativas buscam estabelecer leis gerais e, para isso, utilizam aspectos observáveis e mensuráveis dos fenômenos para classificá-los e relacioná-los por meio da análise estatística, sem que haja interferência do pesquisador em seu objeto de pesquisa. Pesquisas qualitativas, por sua vez, visam compreender fenômenos subjetivos e objetos cuja complexidade não se pode resumir em variáveis quantificáveis, apoiando-se em métodos abertos e atravessados pela subjetividade do próprio pesquisador para produzir novos conhecimentos. Por fim, o método misto abarca tanto a abordagem qualitativa quanto a abordagem quantitativa para responder a contextos em que ambas são necessárias e insuficientes por si só (Flick, 2004; Machado, 2023). Assim, quanto ao delineamento do método das publicações selecionadas, 24 publicações apresentam abordagem qualitativa e 1 quantitativa.

A partir de seus objetivos gerais, as pesquisas podem ser classificadas, sendo esta análise chamada nível de pesquisa. Esta classificação abarca três possibilidades: exploratórias, descritivas ou explicativas. O objetivo do estudo exploratório é proporcionar maior familiaridade com um determinado problema, tornando-o mais explícito, e assim possibilitando

a formulação de hipóteses. Já o estudo descritivo tem por finalidade descrever as características do fenômeno, populações ou relações entre variáveis. Por fim, a pesquisa explicativa visa esclarecer os porquês dos fenômenos identificados (Gil, 1994). Dentre as publicações selecionadas neste trabalho, 22 foram classificadas como exploratórias e 3 como descritivas.

Com relação ao ano de publicação dos estudos selecionados, foram registradas 11 produções em 2022, 11 em 2023 e 3 produções em 2024.

Gráfico 1 – Número de publicações selecionadas publicadas em cada ano do período de seleção (2022, 2023 e 2024) da presente revisão integrativa da literatura.



Fonte: próprios autores, 2025.

Fátima Lima, Lia Vainer Schucman e Luiza Rodrigues de Oliveira foram autoras de duas publicações cada uma dentre todas as selecionadas; os demais autores participaram de uma publicação cada.

A tabela 2 apresenta os métodos de pesquisa, os procedimentos de coleta de dados adotados nos estudos selecionados.

Tabela 2 – Procedimentos de coleta de dados adotados pelas publicações selecionadas no presente estudo.

Procedimento de coleta de dados	Quantidade de publicações	Exemplo de estudo
Análise de Discurso	4	Dias; Canavês (2022)
Comunicação Rapsódica ⁷	1	Urpia (2024)
Abordagem Teórico-Clínica	1	Bisco; Guerra (2023)
Abordagem Teórica	3	Galeano; Guareschi (2023)
Entrevista Estruturada	1	Freitas; D’Affonseca (2023)
Entrevista Não Estruturada	1	Santiago (2023)
Entrevista Semiestruturada	5	Santos; Dias (2022)
Revisão de Literatura	5	Navasconi; Moscheta (2023)
Análise Documental	4	Silva (2023)

Fonte: próprios autores, 2025.

Para descrever as categorias de análise “Tema de estudo; Objetivos; Principais resultados; Principais conclusões”, as 25 publicações selecionadas foram ordenadas de acordo com temas/objetivos semelhantes e divididas em 7 grupos temáticos, sendo eles: racismo estrutural presente nas instituições – racismo institucional (3 publicações); a saúde das mulheres negras (4 publicações); questões ligadas à branquitude (4 publicações); a produção do conhecimento em psicologia (3 publicações); formação e/ou prática em psicologia (5 publicações); os efeitos do racismo na subjetividade (5 publicações) e a identidade parda (1 publicação).

⁷ No sentido grego da palavra (*raptēin* = coser): costurando história de caso e proposições conceituais. (Urpia, 2024)

3.1 Racismo Institucional

Três publicações selecionadas discutem o racismo estrutural presente nas instituições, ou seja, o racismo institucional. Barros *et al.* (2024) discorrem sobre os desafios que a psicologia enfrenta, no contexto hospitalar, em relação ao racismo estrutural tão enraizado nas práticas institucionais. Farias e Vicente (2022) discorrem sobre o enfrentamento do racismo institucional no ensino superior brasileiro, a partir de ações interdisciplinares e debates nos cursos de graduação. Félix-Silva *et al.* (2022) buscam compreender a influência das relações raciais na formação acadêmica e na prática profissional de psicólogos e psicólogas, com ênfase no contexto de universidades públicas.

Um dos artigos aborda os desafios enfrentados em um hospital universitário no qual, por exemplo, foi possível identificar nos corpos e gestos presentes nas pessoas do hospital (pacientes, funcionários e estudantes) a expressão do racismo institucional. Os pacientes eram tratados de forma assistencialista e reproduzindo práticas de exclusão, o que levou os pesquisadores à reflexão do quão comprometida estaria a gestão da política hospitalar com o tratamento digno às pessoas negras (Barros *et al.*, 2024).

No artigo escrito por Farias e Vicente (2022) há descrição e análise de uma ação conjunta realizada pela terapia ocupacional e a psicologia criando espaços de discussão e reflexão ao reunir jovens brancos e negros na universidade para falar sobre as relações raciais. Como resultado, chegaram à constatação da importância de espaços de explicitação das questões latentes como forma de tomada de consciência e empoderamento, ou seja, o quanto o desvelamento das práticas racistas na universidade (racismo institucional) permite seu enfrentamento.

Félix-Silva *et al.* (2022) produzem um artigo em que, por meio de uma pesquisa participante, visam cartografar os processos de subjetivação das relações raciais nos cursos de saúde. Foi constatado que o racismo institucional influencia a formação e atuação dos psicólogos, o que os leva a afirmar a necessidade urgente de tratar o racismo institucional no ambiente acadêmico.

Nos três artigos, foi constatada a presença do racismo estrutural expresso no racismo institucional, o que influencia os processos de subjetivação na formação e na atuação de psicólogos. Os textos tocam na implicação ético-política para enfrentamento do racismo fomentando práticas e formações antirracistas.

3.2 Saúde das Mulheres Negras

Quatro publicações selecionadas tratam das questões de saúde e saúde mental nas mulheres negras (Santiago, 2023; Santos *et al.*, 2023; França Neto *et al.*, 2022; Santos; Dias, 2022).

Santiago (2023) aborda os efeitos subjetivos do racismo como produtor de sofrimento psíquico em mulheres negras. Em sua tese, a autora conclui que as estratégias de enfrentamento devem contemplar não só o autocuidado, mas também a promoção de ações denominadas por ela como cuidado coletivizante e produtoras de sensação de aquilombamento⁸. Esse cuidado coletivizante parte de uma narrativa que, não sendo voltada a um único indivíduo, possibilita a dimensão de coletividade no enfrentamento das situações discriminatórias. A coletividade é tida como a noção de representatividade e como forma de criar espaços e possibilidades de viver diferentes daquelas que são hegemônicas na sociedade. Desta forma, o cuidado coletivizante e o aquilombamento também promovem novas formas saudáveis de subjetivação.

França Neto *et al.* (2022) exploram a relação entre racismo, subjetividade e trauma colonial. O racismo é abordado como violência e como fenômeno traumático que se manifesta em diversas dimensões: psíquica, física, econômica, cultural. Para abarcar a complexidade da vida de mulheres negras, o trabalho também apresenta uma análise conjunta sobre racismo e sexismo. Paralelamente, os autores abordam o trauma colonial, que pode ser observado pelo local que as mulheres negras ocupam na sociedade brasileira. O enfrentamento do racismo também é discutido com base na interpretação de narrativas de experiências de ativistas que participaram de eventos como Pauta Preta, Pauta Preta Livre e Fórum Permanente de Diálogo de Mulheres Negras Marielle Franco, realizados no Rio de Janeiro entre 2020 e 2021. Destaca-se a importância desses eventos como espaços de produção de conhecimento sobre o tema, contribuindo para o fortalecimento coletivo das mulheres negras e promovendo o empoderamento psicológico e político no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Santos e Dias (2022) abordam as consequências do racismo na saúde mental das mulheres integrantes do Movimento de Mulheres Dandara do Sisal – MMNDS, no território do Sisal, na Bahia. Os autores tratam do racismo em diversas perspectivas, incluindo a perspectiva institucional, na qual ele é compreendido como a incapacidade coletiva da prestação de serviço adequada por parte do profissional ou de uma organização a um indivíduo devido à sua raça,

⁸ O conceito de aquilombamento é tido como um ato de resistência cultural, política e afetiva, promovendo a ressignificação do quilombo como um espaço de acolhimento, fortalecimento comunitário e preservação da identidade negra (Silva; Montagner, 2024).

cor ou origem racial/étnica. Aqui os autores também trataram de compreender a intersecção de raça e gênero na gênese do sofrimento psíquico. São relatadas situações de racismo, discriminação e preconceito racial em âmbitos como escolar, universitário, profissional, familiar, incluindo serviços de saúde pública. Essas experiências impactam direta e negativamente essas mulheres, em sua subjetividade, autoestima e saúde mental. Como estratégia de fortalecimento mental e enfrentamento do racismo, o artigo destaca o envolvimento neste movimento social, que promove a troca de experiências e vivências entre as integrantes, criando uma rede de apoio e de sustentação entre si para enaltecer e desenvolver suas potencialidades.

Santos *et al.* (2023) investigam as percepções de psicólogos da atenção básica de saúde sobre o racismo e o sexismo em suas práticas de saúde e cuidado com mulheres negras. Os autores salientam que existe uma contradição das narrativas analisadas no estudo, em que se reconhece o racismo estrutural na sociedade, mas sem haver uma associação com os demais determinantes de saúde das mulheres negras. O estudo identificou uma incompreensão de que o racismo está presente em diversas experiências da população negra e do impacto de experiências violentas no desencadeamento de adoecimentos mentais, como ansiedade e luto, o que pode levar a práticas descontextualizadas da realidade por parte dos psicólogos. Assim, os autores concluem que é necessário que haja integração entre teoria e prática em ações psicológicas que promovam a saúde em mulheres negras.

3.3 Questões Ligadas à Branquitude

Quatro publicações selecionadas discutem a branquitude como estrutura de poder que opera na manutenção do racismo no Brasil (Galeano; Guareschi, 2023; Hilário; Lima, 2023; Carvalho; Schucman, 2022; Ramos; Paulon, 2023).

Galeano e Guareschi (2023) analisam como a articulação entre neoliberalismo e racismo estrutural, no contexto da pandemia de COVID-19, intensificou a precarização das possibilidades de vida de determinadas populações. As autoras evidenciam que práticas de exclusão foram mantidas e aprofundadas, revelando o papel da branquitude como elemento estruturante dessas dinâmicas. Essas estruturas operam como critério para definir quais vidas são protegidas e quais podem ser descartadas, reforçando lógicas de exclusão que atravessam o cotidiano, as políticas públicas e o acesso a direitos básicos. A branquitude é apresentada como parte de uma engrenagem social que naturaliza essas desigualdades em nome da normalidade neoliberal.

Hilário e Lima (2023) investigam os efeitos do pacto narcísico da branquitude sobre a psique de pessoas negras. A pesquisa, de caráter bibliográfico e baseada em experiências clínicas, aponta que constituir-se como sujeito negro em uma sociedade que valoriza a brancura gera danos psíquicos ao se ocupar um “não lugar” (p. 1). Os autores propõem a decolonização da psicologia como alternativa para a criação de outras formas de existência e resistência. Esse posicionamento, segundo os autores, compromete o processo de subjetivação e gera efeitos de sofrimento psíquico, uma vez que a identidade negra é constantemente desvalorizada em comparação aos padrões de branquitude hegemônicos. Diante disso, Hilário e Lima propõem a decolonização da psicologia como um caminho para enfrentar essas consequências, indicando a necessidade de práticas clínicas e teóricas que reconheçam as experiências racializadas e proponham outras formas de existência e resistência.

No texto de Carvalho e Schucman (2022), são apresentadas as principais abordagens da psicologia social norte-americana sobre o preconceito racial, como o teste de associação implícita, a teoria do contato intergrupar, o racismo aversivo e as emoções específicas. Os autores descrevem que os estudos críticos da branquitude articulam essas diferentes perspectivas e propõem uma abordagem ampliada para compreender o racismo. Essa formulação considera a manifestação subjetiva da estrutura racial nas experiências individuais, permitindo uma leitura que não se limita a explicações apenas individuais, nem exclusivamente estruturais. A branquitude, nesse contexto, é apresentada como um componente que atravessa simultaneamente as dimensões sociais e psicológicas, atuando na produção e reprodução das desigualdades raciais.

Ramos e Paulon (2023) discutem a branquitude como uma subjetivação invisível na psicologia social, destacando sua naturalização e os pactos narcísicos que sustentam o racismo. Os autores propõem que a invisibilidade desse assunto é sustentada por acordos implícitos que preservam o privilégio branco e evitam o enfrentamento do racismo. As práticas antirracistas para transformar essa realidade, segundo os autores, envolvem tanto o reconhecimento do privilégio, quanto formas de se estar no mundo. Para eles é necessário que a psicologia esteja frente a esse assunto, se comprometendo eticamente com o enfrentamento.

3.4 Produção de Conhecimento em Psicologia

Foram identificados três estudos que abordaram a produção do conhecimento em psicologia para iluminar sobre o tema do racismo e apontar caminhos que promovam sua melhor compreensão (Lyra *et al.*, 2023; Silva, 2023; Dimenstein *et al.*, 2022). Eles discorrem

sobre a necessidade de se produzir novas formas de lidar com a temática do racismo e suas especificidades, pois, assim, conhecendo-o em diferentes perspectivas, o seu combate poderá ser melhor realizado, e a sua erradicação, ser concretizada.

Lyra *et al.* (2023) apontam sobre as limitações epistemológicas que impedem a produção de um conhecimento antirracista mais coerente, citando a psicologia social como ramo de trabalho. Os autores se embasam no conceito de caos-mundo, postulado por Édouard Glissant (1997), que defende a coexistência e a negociação das diferenças, não implicando em uma desordem, mas em abarcar essa multiplicidade e criar a partir dessa diversidade, sem exclusões de ideias. Assim, colocam como fundamental este conceito para se elaborar novas formas de lidar com a temática da opressão racial ainda tão presente. É preciso se construir novos conhecimentos a partir de uma perspectiva múltipla de culturas, experiências, oposições e, especialmente, as relações que estão em constante transformação, fugindo de uma única perspectiva que não abranja identidade e pluralidade. Também destacam a produção de estratégias de cuidado e o enfrentamento à branquitude e às formas de lógica colonial (que se perpetuam e se atualizam na contemporaneidade) como situações necessárias de serem articuladas e postas para a produção de conhecimento que sustente a erradicação do racismo de maneira exitosa, também implicados ao caos-mundo.

Silva (2023) destaca como as narrativas que existem dentro da psicologia, em sua grande maioria, partem de uma visão apenas de pessoas brancas em um país cuja opulenta maioria é negra ou com ascendência negra; inclusive, a grande parte dos profissionais é branca. Para encontrar as limitações – e não somente os avanços – e possibilitar um trabalho que apare as arestas e modificar o que precisa sê-lo em relação a essa produção de conhecimento para trazer benefícios à temática do racismo, a autora evidencia esses paradigmas existentes naquilo que já é aportado pela psicologia e, então, cita ser preciso aplicá-los à realidade social para que se possa desmistificar certas idealizações ali contidas e se produzir o novo, desconstruindo o racismo estrutural e sua perpetuação, trazendo igualdade racial. É apresentada uma trajetória histórica para este debate, iniciando-se pela colonização, destacando os discursos produzidos pela elite branca ao longo dos séculos, introjetados e ainda reverberados na atualidade, inclusive no campo da psicologia, sob forte influência em seu campo de conhecimento. Silva (2023) ressalta que já existem novas produções de conhecimento em marcha; entretanto, afirma que ainda são ínfimas considerando a sua importância e a sua necessidade para se promover melhor saúde mental e a erradicação do racismo, que impacta tão negativamente no cotidiano de todas as pessoas, especialmente daquelas diretamente implicadas nesta discriminação.

Dimenstein *et al.* (2022) defendem a urgência de se refazer o pensamento psicológico a partir de bases eurocêtricas; apontam as limitações robustas e arraigadas que impedem uma prática psicológica que tenha a população negra como cerne. A pesquisa incorre nos impactos que a utilização do embasamento – produzido por países capitalistas à época – em países latino-americanos, que foram colonizados, e a necessidade de se aplicar o pensamento decolonial para dar visibilidade às questões existentes no cotidiano dessa população, e de se criar novas formas de produzir conhecimento a partir dessa visão, combatendo o racismo estrutural. Inicialmente, os autores defendem a ideia de debates que promovam a explicitação dessas questões, possibilitando, assim, a criação de uma prática psicológica pautada em comprometimento ético, político e social, e que possibilitará também a formulação de políticas públicas coerentes e com equidade racial. Os autores destacam que a normatividade moderna, que impõe um padrão, contribui para a manutenção da segregação dos grupos que destoam daquilo que é imposto por seus conceitos. Esta situação pode ser revertida com o aprofundamento da colonialidade e os estigmas que continuam a existir, pois com discussões mais frequentes sobre este tema, é possível eliminar, pouco a pouco, essas questões. Eles também apontam: a) a necessidade de uma psicologia que compreenda os efeitos que a colonização latino-americana reverbera na população negra, rompendo com o racismo epistêmico que embasa o conhecimento da psicologia e suprime outras formas de saber; b) a pouca ênfase – constatada na literatura que pesquisaram – dada à construção de processos emancipatórios e de decolonização da psicologia, que consideram fator essencial para promover uma saúde mental digna à população negra e ao combate ao racismo, alterando a forma de pensar da população como um todo.

3.5 Formação e Prática em Psicologia

Em relação à formação e à prática em psicologia, cinco pesquisas foram identificadas (Silva; Felipe, 2024; Lima *et al.*, 2023; Navasconi; Moscheta, 2023; Amaro; Mattos, 2022; Sevalho; Dias, 2022).

Especificamente sobre os cuidados com a saúde mental através do Sistema Único de Saúde – SUS e da Atenção Primária, um artigo apontou a necessidade de atuação em equipe multidisciplinar intersetorial e com preparo específico acerca das questões raciais e suas especificidades no âmbito rural, como forma de refletir em uma formação em psicologia que contribuísse de forma mais objetiva com as questões que essa população apresenta. De forma ainda mais específica, ainda implicado no âmbito rural, o estudo foi realizado a partir das experiências provenientes de três comunidades quilombolas no município de Garanhuns, no

estado de Pernambuco. Há a menção das dificuldades enfrentadas para uma intervenção minimamente eficaz, como a falta de profissionais de psicologia com formação específica para atuarem em quilombos, a constatação da importância que a residência teve na formação e, conseqüentemente, na prática a se aplicar cotidianamente. Esta residência é citada como algo inovador nessa posição, existente desde o ano de 2015, pois trata-se de um trabalho multiprofissional com dez distintas categorias, dentre elas psicólogos, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e agentes comunitários. Destacam também que pesquisas direcionadas especificamente ao entendimento das questões raciais promoverão melhor compreensão e melhores formas de lidar com esta temática, e que só haverá benefícios em uma formação especializada para os profissionais lidarem com as idiossincrasias dos envolvidos em comunidades quilombolas (Silva; Felipe, 2024).

Amaro e Mattos (2022) trazem, em seu artigo, a busca de pacientes pretas por psicólogas pretas, visando uma melhor identificação sobre suas questões de sofrimento por racismo, uma vez que partilham a mesma história de discriminação pela cor da pele. Foi identificado que a representatividade de uma pessoa preta nessa posição, como psicóloga, impacta nessa busca, promovendo-lhes uma maior sensação de acolhimento. Contudo, também houve identificação de aprofundamento, na formação em psicologia, sobre essa temática, impossibilitando que os profissionais possam ter um melhor preparo ao se depararem com as questões suscitadas na prática cotidiana. Um dos questionamentos para essa busca de profissionais pretas por pacientes também pretas está em como profissionais brancos se colocam diante do sofrimento psíquico apresentado quando não possuem nenhum tipo de formação específica neste contexto, considerando que sua experiência de vida não abarca sentir esse preconceito, vivido quase que diariamente pela população preta em qualquer posição que se ocupe ou lugar em que se esteja.

Dois artigos possuem fundamentação teórica a partir do trabalho do psiquiatra e filósofo Frantz Fanon (1952/2020) sobre a sociogenia. Essa é uma proposta que postula a impossibilidade de se explicar fenômenos ligados à colonização e ao racismo apenas pelos vieses biológico ou psíquico individual, sendo a constituição do sujeito realizada também pelas relações históricas. Os autores dos estudos frisam a necessidade de contextualizar o sofrimento da pessoa negra considerando a época colonial e a pós-colonial, com o racismo estrutural sendo, respectivamente, oriundo e perpetuado.

Neste sentido, Lima *et al.* (2023) destacam a importância de se inserir à formação em psicologia conteúdos que estudem o racismo estrutural e a conseqüente constituição de uma subjetividade negra, para, assim, ofertar um cuidado específico para a população negra e poder construir uma política antirracista. Colocam como imprescindível um saber-poder que não se

edifique sobre as questões a partir do viés da branquitude, mas que seja feito a partir das bases coloniais e decoloniais, da decolonização do pensamento, e que isto seja aplicado de forma tangível na formação em psicologia. Na área acadêmica tem havido um aumento significativo e importante da população negra, em graduações e pós-graduações, especialmente nos campos das ciências humanas e sociais em saúde.

No segundo artigo sobre a conceituação de Frantz Fanon, Sevalho e Dias (2022) apontam que uma prática psicológica que reconheça e legitime os ideais antirracistas promove uma abordagem mais inclusiva e respeitosa. De acordo com os autores, existe um mito da democracia racial, pois a população negra continua sendo vista e posta em lugares considerados de subserviência, desacreditados de possuírem potencialidades para quaisquer cargos diferentes. A ascensão social é posta como um branqueamento dessa população, depreciando sua história e sua capacidade, colocando que somente aquele que é considerado branco pode ser produtivo e importante; isso produz sensações de angústia mais do que de realização pessoal, sendo algo ainda comum na atualidade, em um racismo estrutural que se perpetua. Os autores destacam as poucas pesquisas e a inexistência de uma formação dentro do campo da psicologia que aborde as violências raciais sofridas pela população negra no Brasil, e citam a urgência para se aprofundar e trabalhar tais questões em uma formação e uma prática em psicologia que cuide, de fato, da saúde mental e da erradicação do racismo em suas diversas expressões.

Em mais um embasamento acerca de postulados teóricos, Navasconi e Moscheta (2023) citam os trabalhos das autoras Virgínia Leone Bicudo e Neusa Santos Souza como fundamentais para a construção de uma prática psicológica – incluindo também a importância de um conteúdo específico na formação em psicologia – que combata e erradique o racismo. Em sua pesquisa, os autores apontam que é primordial desarraigar a visão de que a presença da população negra nos espaços de produção de conhecimento não se faz necessária. Justamente é o seu oposto: é a sua existência circulante entre todos os espaços de produções intelectuais, acompanhada de suas experiências enquanto sujeitos ativos da história, que permitirá eliminar a estagnação e propiciar a significativa transformação desse panorama atual das questões raciais. Outro importante aspecto mencionado é a democratização das universidades e do conhecimento, cujas consequências serão refletidas positivamente na troca da compreensão de todos a partir de cada campo de apreensão do sofrimento oriundo da violência racial, e com aplicação na formação e na prática em psicologia que promova a melhora da saúde mental. Destacam que, juntamente com os aspectos acima, a criação de políticas públicas se faz essencial para a promoção de justiça social e equidade racial.

3.6 Racismo na Subjetividade

Cinco publicações selecionadas discutem os efeitos do racismo na subjetividade (Urpia, 2024; Bispo; Guerra, 2023; Freitas; D'Affonseca, 2023; Dias; Canavê, 2022; Santos; Santos, 2022).

Urpia (2024) analisa o sofrimento sociorracial de mulheres negras quilombolas, travestis e transexuais negras durante a pandemia de COVID-19. A autora reflete sobre os impactos do racismo nas subjetividades desses grupos, potencializando sentimentos de vulnerabilidade, medo e exclusão dessas mulheres. Destaca a importância da partilha do comum como forma de cuidado e resistência frente às violências estruturais, para mitigar os efeitos das violências estruturais, propondo uma compreensão do sofrimento que atravessa tanto o corpo social quanto o psíquico.

Bispo e Guerra (2023) discutem as formas do racismo e sexismo que operam como estruturas históricas, e que se inscrevem na subjetividade. A partir da psicanálise, analisam como essas violências atravessam gerações, se inscrevem no inconsciente, afetando profundamente como o sujeito se constitui e marcando corpos racializados com traços de exclusão e dor psíquica. As autoras destacam a necessidade de uma escuta clínica que reconheça essas marcas como insistências do real do que impõem o sujeito, mesmo quando não nomeadas diretamente. Para as autoras, é necessário que esses temas sejam incorporados, pois o silêncio reforça a naturalização.

Freitas e D'Affonseca (2023) investigam como o racismo estrutural se manifesta em famílias inter-raciais, em entrevista com cinco famílias, sendo quatro delas residentes na cidade de São Paulo e uma delas residente na cidade de Santo André, ambas no estado de São Paulo. A pesquisa revela que, embora não haja diferenças significativas no suporte emocional e na rejeição parental entre pessoas brancas, pardas e pretas, há maiores percepções de discriminação cotidiana entre pessoas pretas, especialmente em relação a tratamento injusto e rejeição pessoal. As autoras enfatizam a importância de discutir o racismo dentro das dinâmicas familiares para promover um ambiente mais inclusivo e saudável.

Dias e Canavê (2022) problematizam a ascensão social do sujeito negro como um indicador da persistência do racismo no Brasil; criticam o mito da democracia racial, que seria sustentar que o país é livre de preconceitos raciais, por gerar modos de subjetivação marcados pela servilidade. Os autores reforçam a necessidade de debates psicológicos sobre as relações raciais, defendendo que a análise da subjetividade incorpora as dinâmicas raciais para que seja possível compreender e transformar a realidade.

Por fim, Santos e Santos (2022) exploram a intersecção entre negritude e homossexualidade na experiência de um homem negro, gay e filho de família inter-racial. O estudo destaca como o racismo e a hipersexualização corroem a autoestima, alteram afetos e dificultam o pertencimento, mesmo no ambiente familiar. Essa análise mostra que as interações são complexas, pois envolvem, raça, sexualidade e família, que se misturam e podem gerar um impacto psíquico. Os autores ressaltam ainda que compreender essas conexões é fundamental para que as práticas sociais e psicológicas possam acolher e ajudar.

3.7 Identidade Parda

Apenas um estudo selecionado trata da identidade parda. Costa e Schucman (2022) pesquisaram como essa categoria racial é vista pela população brasileira, e também como a categorização influencia na construção de políticas públicas. Constataram que houve ambiguidade sobre a compreensão desta categorização, destacando que a classificação do Manual do Recenseador – IBGE (2000) define a raça pardo como pessoas mulatas, caboclas, cafuzas, mamelucas, mestiças, ou seja, os descendentes da miscigenação entre pessoas pretas e brancas, pretas e indígenas, brancas e indígenas, e demais diversidades raciais. Sua pesquisa possui dois intentos: a) abarcar a complexidade que essa identidade racial evoca em cada pessoa, apontando preconceitos que surgem nessa discussão; b) identificar a posição que as políticas públicas assumem ao lidar com este tema, e, portanto, é preciso compreender como a população se compreende e compreende esta identidade racial parda.

Constatam que, como os fenótipos das pessoas pardas podem assumir mais de uma única característica devido às diferentes origens raciais, houve dúvida entre a autoclassificação durante a pesquisa, apontando para uma construção social bastante complexa. Porém, também constatam que, atualmente, o reconhecimento de um sujeito como pardo pode indicar uma consciência de pertencer ao grupo racial negro, situação bastante distinta de quando o sujeito se apresentava com esta identidade racial em negação à sua negritude, pela vergonha e pela humilhação que sofria dos outros.

Assim, trazem a reflexão da necessidade de se produzir conhecimento mais específico nesta questão – que envolve relações históricas, racismo estrutural, branquitude – e obter políticas apropriadas e coerentes com as questões raciais.

4. DISCUSSÃO

Segundo Silva e Oliveira (2021), o adoecimento da população negra é um produto do colonialismo, que marcou e marca a forma como as subjetividades e identidades de brasileiros são construídas, assim como se estabeleceram e se estabelecem as relações sociais e afetivas na sociedade. Damasceno e Zanello (2019) e Amaro e Mattos (2022) apontam o despreparo dos profissionais de psicologia brancos para lidar com o sofrimento de pessoas negras, especialmente as mulheres, e Silva (2023) e Abreu (1998) indicam a presença de vulnerabilidades em saúde física e mental advindos de experiências de humilhação e constrangimento decorrentes de conflitos raciais em nosso contexto até os dias de hoje.

As lógicas coloniais seguem afetando as relações entre negros e brancos, estando os primeiros mais expostos a fatores de risco como consequência da humilhação e do constrangimento presentes nas relações raciais, causadores de sintomas físicos e psíquicos (Bento; Carone, 2016; Kon; Silva; Abud, 2017). Desta forma, entendemos que a formação e a prática em psicologia precisam estar alinhadas e comprometidas com a equidade racial e a luta contra o racismo. Com base nisto, o objetivo do presente estudo foi realizar uma revisão de literatura sobre como a psicologia tem abordado as questões étnico-raciais. Consideramos que, com base nas 25 publicações analisadas, o objetivo deste estudo foi alcançado.

Das 126 publicações, originalmente encontradas na busca inicial na base de dados Biblioteca Virtual em Saúde – BVS (por meio de palavras-chave e filtros por datas e idioma), apenas 25 permaneceram após a aplicação dos critérios de exclusão. Portanto, aproximadamente 20% das publicações encontradas eram aderentes ao tema pesquisado. Esse contingente encontrado de publicações foi considerado como pouco expressivo e reitera que as questões étnico-raciais ainda não possuem ampla presença nas pesquisas e discussões da psicologia sobre as dores psíquicas associadas ao contexto sociopolítico, como já observado por Rosa (2022) e Viapiana, Gomes e Albuquerque (2018).

A partir da seleção de publicações feita para esse estudo, tem-se que, ao longo dos últimos 3 anos, a psicologia tem investigado as questões étnico-raciais majoritariamente utilizando-se de estudos teóricos ou de reflexão (15 publicações) e com predomínio de estudos exploratórios (22 publicações). Isso sugere que, apesar de o racismo ser estruturante da subjetividade brasileira, a produção científica da psicologia sobre as questões étnico-raciais parece ser incipiente. É necessário que se expanda o conhecimento sobre o fenômeno a partir de reflexões críticas que permitam a formulação de hipóteses, para então poder gerar delineamentos mais variados de investigação científica, que envolvam dados empíricos, dados

quantitativos e com maior complexidade de análise do tema. Pode-se inferir, então, que futuramente, com a consolidação da exploração sobre questões étnico-raciais, estudos descritivos e explicativos – que, respectivamente, possibilitem o estabelecimento de relações entre variáveis e identificação dos fatores que levam à ocorrência dos fenômenos – ganhem maior espaço nas publicações sobre o tema (Gil, 1994).

A partir do recorte de publicações efetuado, também é possível observar que grande parte dos estudos selecionados (24 publicações) seguiu abordagem qualitativa. Isso indica que a psicologia tem se preocupado em realizar pesquisas à luz da implicação intrínseca do pesquisador ao tema pesquisado, já que as questões étnico-raciais atravessam a todos, e a subjetividade do próprio pesquisador deve, portanto, ser considerada.

Quanto ao ano de publicação dos estudos selecionados, dentre as 25 publicações, foi registrado o mesmo número em 2022 e em 2023, sendo 11 publicações em cada ano, com um menor número de publicações em 2024 (n=3). Uma possibilidade para a diminuição no número de publicações em 2024 seria uma redução da quantidade de realização de pesquisas durante o período da pandemia de COVID-19 – hipótese está corroborada pelo estudo selecionado de Santos *et al.* (2023), em que autores pontuam a interferência na disponibilidade de participantes em sua pesquisa, principalmente por desafios com o formato virtual/remoto. Outra possibilidade é haver viés no escopo analisado em decorrência de um conjunto de publicações limitado, o que pode refletir um recorte parcial da realidade, por ter sido utilizada apenas uma base de dados.

A utilização de uma única base de dados também pode contribuir para a compreensão da concentração das publicações em artigos científicos, pois este tipo de documento foi o mais encontrado dentre os estudos selecionados (24 das publicações); o outro tipo de documento foi 1 tese de doutorado. Destaca-se que tal dado pode estar relacionado com a base de dados escolhida pelos pesquisadores, que não realizaram a busca em bases de dados que reúnem especificamente trabalhos de conclusão de cursos de pós-graduação *stricto sensu*⁹, como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.

Quanto à análise das questões étnico-raciais, destaca-se que o racismo se manifesta vulnerabilizando a população negra, que se encontra mais exposta ao desenvolvimento de problemas de saúde, tanto físicos quanto psíquicos, decorrentes dos conflitos raciais (Silva, 2023). Isso é corroborado pelos achados do estudo selecionado de Urpia (2024), que também evidencia o sofrimento sociorracial como um marcador da experiência subjetiva. Neste estudo,

⁹ Cursos de pós-graduação *stricto sensu* são os mestrados e doutorados, que visam aprofundar o conhecimento em uma área específica; por isso, recebem a nomenclatura que significa “sentido específico” em latim (Brasil, 2024).

há a descrição de relatos de medo, insegurança e exclusão que expõem como o racismo estrutura as formas de sentir, existir e resistir desses sujeitos. Tais achados dialogam com o entendimento de que o racismo não se limita a eventos pontuais, mas estrutura o sentir e o existir desses sujeitos, como apontado por Schucman, Nunes e Costa (2017), e reforça a necessidade de práticas de cuidado que reconheçam o sofrimento racializado, conforme defendido por Silva e Carneiro (2023).

O estudo selecionado de Bispo e Guerra (2023) aprofunda essa compreensão ao discutir como o racismo e o sexismo são marcas históricas que se inscrevem no corpo e na subjetividade, gerando exclusão, dor e silenciamento que atravessam gerações. A dor psíquica gerada por essas violências mostra que o sofrimento racial não é apenas social, mas também psíquico e histórico. O racismo é internalizado precocemente, moldando a autoimagem e produzindo sofrimento psíquico (Lanza, 2021; Silva, 2021). Desde a infância, as relações familiares são infiltradas pelo racismo, e isso afeta a saúde mental das crianças, conforme mostra o estudo selecionado de Freitas e D’Affonseca (2023). Nele, se evidencia que crianças pretas percebem mais discriminação cotidiana do que crianças brancas em famílias inter-raciais.

Tal constituição estruturante do racismo também se reflete no ambiente profissional, uma vez que o racismo segue presente a partir da visão inferior projetada à população negra, conforme abordado por Sevalho e Dias (2022) em uma das publicações selecionadas. Já no estudo selecionado de Dias e Canavê (2022), os autores identificaram que mesmo os indivíduos negros com escolarização e inserção no mercado formal de trabalho vivenciam formas sutis de desqualificação simbólica. Pode-se entender que ascensão social não garante uma subjetividade livre das marcas do racismo, somente encobre desigualdades e impõe barreiras ao reconhecimento da dor racializada. Tais resultados das pesquisas ressoam o mito da democracia racial (Almeida, 2018; Fernandes, 2007) e corroboram o que é citado por Lanza (2021) sobre a crença produzida de a pessoa branca possuir capacidade intelectual superior. Lanza (2021) também aponta que o processo discriminatório que a pessoa negra sofre ao longo de sua vida é internalizado e interfere diretamente em sua subjetividade, impactando negativamente em sua saúde mental, causando adoecimento e descrença em suas potências.

Além dos efeitos que o racismo por si só produz, também há outros aspectos que intensificam e singularizam o sofrimento da população negra. Kimberlé Crenshaw (1989), jurista estadunidense e, também, feminista do movimento negro, apontou como a integralidade de diversos aspectos – como etnia, raça, gênero, classe social e orientação sexual – da identidade de uma pessoa pode produzir formas ainda mais violentas e únicas de discriminação e opressão. A partir dessa ideia, foi cunhado o termo interseccionalidade. Este postulado advém da crítica

à tendência de se abordar as categorias raça e gênero como excludentes entre si, com uma análise distinta uma da outra, quando, na realidade, possuem uma dimensão ainda maior de violência quando coligadas. A autora também cita que as desigualdades sociais possuem uma construção ainda mais complexa e profunda ao serem analisadas por este viés. Em sua publicação selecionada, Santos e Santos (2022) lançam luz sobre as intersecções entre raça e sexualidade ao explorar as experiências de homens negros homossexuais. Neste estudo, estes indivíduos são ouvidos e descrevem sentimentos de exclusão, silenciamento e hipersexualização, evidenciando a desumanização do corpo negro, além das múltiplas opressões que se sobrepõem, intensificando o sofrimento subjetivo. Assim, reforça-se a complexidade do cuidado com a saúde mental em contextos interseccionais. Essa é uma temática imprescindível para a formação do profissional em psicologia e para a produção do conhecimento na área. Isso corrobora com os apontamentos dos estudos selecionados de Lyra *et al.* (2023), Silva (2023), Dimenstein *et al.* (2022), Silva e Felipe (2024), Lima *et al.* (2023), Navasconi e Moscheta (2023), Amaro e Mattos (2022), Sevalho e Dias (2022).

A defesa de se explorar novas formas de produzir conhecimento a partir de bases decoloniais aponta a necessidade de se utilizar perspectivas como a interseccionalidade para desvelar o sofrimento que constitui a subjetividade da população negra entrelaçado com outras categorias discriminatórias. Os estudos selecionados de Santiago (2023) e França Neto *et al.* (2022) destacam a importância da compreensão da interseccionalidade para melhor atuação do profissional de psicologia. Assim, os impactos na saúde da mulher negra precisam ser analisados por este recorte de gênero e de raça, que a autora Crenshaw (1989) utiliza como ponto de partida, por entender que estas duas categorias são as que mais afetam negativamente a saúde mental.

Quando se analisa a saúde especificamente das mulheres negras, é relevante destacar dados que revelam efeitos da interseccionalidade neste público. O cenário das famílias monoparentais no Brasil evidencia um quadro de desigualdade social, marcado por recortes de gênero, raça e classe, que se relaciona a um contexto sócio-histórico de um povo colonizado, como apontam os estudos analisados de Santos e Dias (2022), Santiago (2023) e França Neto *et al.* (2022). De acordo com dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2025), dos 12,7 milhões de lares monoparentais com filhos, 87% são chefiados por mulheres e apenas 13% por homens. Entre as 11 milhões de mães solo, 62% são negras, revelando a intersecção de gênero e raça na configuração das vulnerabilidades sociais. Estas mulheres ocupam cargos de menor remuneração e proteção social, prevalecendo ocupações como trabalho doméstico (25%), seguido por ocupações nos setores de educação,

saúde humana e serviços sociais (17%) e, em terceira posição, ocupações no comércio (15%). Já entre as mulheres não negras, há maior inserção nos setores de educação, saúde e serviço social (22%), seguido por comércio (17%) e, em terceira posição, ocupações com serviços domésticos (16%), indicando diferenças de inserção ocupacional atravessadas pela variável racial. Ainda, destaca-se que a vulnerabilidade socioeconômica das famílias chefiadas por mulheres, em especial por mulheres negras, se confirma em relatórios recentes. O Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (RASEAM), publicado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos direitos Humanos (MMFDH) (Brasil, 2025), aponta que, em 2023, aproximadamente 57% dos domicílios liderados por mulheres possuíam renda *per capita* de até um salário-mínimo. Este percentual é ainda mais expressivo em lares chefiados por mulheres negras e pardas, de 70%, contrastando com os lares chefiados por mulheres brancas, em que 44% possuem renda *per capita* de até um salário-mínimo. A desigualdade econômica se associa, ainda, a aspectos de segurança alimentar: seis em cada dez famílias comandadas por mulheres vivenciam algum grau de insegurança alimentar, de acordo com dados da Rede Brasileira de Pesquisa e Soberania Alimentar e Nutricional (PENSSAN) (PENSSAN, 2023). Esse contexto revela que o peso do cuidado, da responsabilidade doméstica e da gestão dos recursos familiares recai de forma desproporcional sobre as mulheres, especialmente sobre as mulheres negras e periféricas, ampliando condições de vulnerabilidade social e afetando significativamente sua saúde mental. Tais constatações estão alinhadas aos apontamentos dos artigos selecionados de Santos e Dias (2022), Santiago (2023) e França Neto *et al.* (2022), que tratam do envolvimento em movimentos sociais que promovem ações coletivizantes, fortalecimento mental e enfrentamento ao racismo. Essas ações coletivizantes, ao oferecerem redes de apoio, empoderamento e solidariedade, são fundamentais para o enfrentamento do racismo e suas consequências psíquicas. Elas criam espaços de acolhimento, que não só mitigam o sofrimento individual causado pela exclusão e discriminação, mas também promovem a saúde mental ao fortalecer o senso de identidade coletiva e autoestima das mulheres negras.

Apesar da interseccionalidade de gênero e classe social e da prevalência estatística da população negra no Brasil, sendo de 55,5% segundo o Censo 2022 do IBGE (Belandi; Gomes, 2023), apenas 4 pesquisas dentre as 25 publicações selecionadas abordaram a temática de mulheres negras. Consideramos uma amostra pequena diante de um tema de tanta relevância e que atravessa diretamente a psicologia enquanto ciência e profissão. Isto corrobora o que aponta Almeida (2018), quando afirma que o racismo está amalgamado nas bases política, econômica

e jurídica de nosso país, denominando esse arraigamento que atravessa séculos de racismo estrutural.

Ressalta-se que o racismo é estruturante da população brasileira, estando presente, portanto, nas instituições, se impregnando e se expressando nas práticas institucionais. Nesta direção, a publicação selecionada de Barros *et al.* (2024) aborda que os ambientes de formação em psicologia não se eximem da presença do racismo institucional, pois está presente no tratamento assistencialista a pacientes negros e na reprodução de práticas de exclusão em um hospital universitário; já a publicação selecionada de Farias e Vicente (2022) aborda a presença do racismo na formação acadêmica; e a publicação analisada de Félix-Silva *et al.* (2022) trata da influência das relações raciais na prática profissional do psicólogo.

Pode-se notar que, no ambiente universitário, seja na formação, seja na prática hospitalar, o racismo ainda se faz presente e atuante por meio das práticas institucionais. O poder de desvantagens e privilégios, assentados em um sistema socioeconômico de exploração e dominação (Costa; Scarcelli, 2016; Nunes, 2014; Schucman, 2012; Schucman; Nunes; Costa, 2017; Silva; Oliveira, 2021), segue muito presente no ambiente universitário, assim como, especificamente, nos cursos de formação do psicólogo, o que é apontado nos artigos selecionados de Lyra *et al.*, 2023; Silva, 2023; Dimenstein *et al.*, 2022; Silva; Felipe, 2024; Lima *et al.*, 2023; Navasconi; Moscheta, 2023; Amaro; Mattos, 2022; Sevalho; Dias, 2022. Estes estudos selecionados demonstram a necessidade de novas formas de produção de conhecimento em psicologia a partir da visão decolonialista e das especificidades que o racismo estrutural aporta, e não de visões eurocêtricas e da branquitude. Assim, a formação em psicologia poderia ter um melhor direcionamento para o cuidado com a saúde mental da população negra e melhores formas de enfrentamento ao racismo, utilizando-se de perspectivas da própria população envolvida.

Em relação à atuação do psicólogo, o CFP (2017) enfatiza a ideia de que o racismo não se resume a atitudes pessoais, mas está institucionalizado e influencia práticas que afetam a população negra. Os artigos selecionados de Barros *et al.* (2024), Farias e Vicente (2022) e Félix-Silva *et al.* (2022) tratam de apresentar espaços coletivos nos quais o racismo se faz presente e necessita de evidenciação para ser questionado, pois há uma certa naturalização das diferenças entre negros e brancos que escamoteia tanto as questões do racismo estrutural quanto da branquitude. Há uma reafirmação da necessidade de busca ativa para a compreensão de que, também no ambiente universitário, o racismo estrutural traduz-se em práticas institucionais. A explicitação e a compreensão deste modo de perpetuação do *status quo* em nossa sociedade é condição *sine qua non* para o desenvolvimento de uma educação antirracista.

O estudo selecionado de Carvalho e Schucman (2022) descreve, além do caráter institucionalizado do racismo, uma análise de transversalidade do fenômeno às relações sociais, subjetividades e políticas públicas. Um dos principais pontos destacados pelos autores está na ideia de que o racismo não é apenas interpessoal, mas se organiza como um sistema de poder que produz hierarquias raciais, como destacado por Bento (2022), ao afirmar que o racismo legitima a desumanização ao hierarquizar um grupo sobre o outro. Os autores também trazem críticas ao papel das instituições de reproduzir desigualdades racializadas sob a aparência de neutralidade.

Neste sentido, ressalta-se que a realidade social brasileira racista se perpetua pelo pacto narcísico da branquitude (Bento, 2022), o que requer que a psicologia, enquanto profissão responsável por zelar pela saúde psíquica da população, esteja envolvida numa atuação participativa de enfrentamento do racismo. A branquitude é eixo central para a compreensão dos processos de racialização e exclusão, atuando como padrão normativo, estruturante de privilégios e de invisibilização das desigualdades raciais.

No campo da subjetividade, Souza (1983) é referência fundamental ao evidenciar como a branquitude estrutura modos de pensar e sentir, produzindo cisões psíquicas em sujeitos negros e brancos. O artigo selecionado de Carvalho e Schucman (2022) também aborda essa questão ao analisar como a branquitude se mantém invisível e atua como parâmetro universal, sustentando privilégios ao mesmo tempo em que nega sua própria racialidade. Essa intersecção mostra como os marcadores raciais se infiltram na constituição do indivíduo e nas relações intersubjetivas, e reverberam implicações profundas na prática clínica e na formação em psicologia. Almeida (2018), por sua vez, destaca que a naturalização da desigualdade racial oculta os mecanismos sociais e históricos que a produzem. Essa naturalização é um dos pilares do racismo estrutural, como argumentam Carvalho e Schucman (2022), pois permite que práticas discriminatórias sejam justificadas por discursos meritocráticos ou individualizantes, o que reforça a invisibilidade do racismo nas instituições e no senso comum.

A branquitude e o pacto narcísico também culminam em dificuldades quanto ao reconhecimento do lugar dos mestiços na discussão sobre identidade. O estudo selecionado de Costa e Schucman (2022) discute que o branqueamento populacional (tanto físico quanto cultural) foi fundante na constituição do nosso país, em um processo racista cuja oposição entre brancos e negros foi escamoteada. Isso levou a um não lugar para os mestiços, diante de uma discussão sobre identidade parda, que se configura como complexa, diversa e, com frequência, negada. O fato de haver apenas 1 estudo dentre os 25 selecionados que aborda a temática do colorismo aponta para uma discussão ainda parca sobre tal questão, como possível reflexo de

um debate ainda em crescimento na sociedade sobre afirmações identitárias, impulsionada pelo Movimento Negro. Representa, contudo, um avanço frente ao que Bento e Carone (2016) e Piza (2016) apresentam acerca do processo histórico de branqueamento que compelia a população negra a distanciar-se e negar a sua identidade racial, também em decorrência das experiências de humilhação sofridas por conflitos raciais.

O artigo selecionado de Ramos e Paulon (2023) estendem essa discussão ao propor que a branquitude seja entendida não só como identidade racial, mas como uma categoria de análise fundamental, que sustenta práticas de poder, invisibilidade e privilégio nos discursos, nas instituições e nas subjetividades. Os autores destacam três dimensões problematizadas: a estética (o bonito, civilizado ou neutro é marcado pela norma branca), a ética (o compromisso e a responsabilidade da psicologia frente o racismo) e a política (a branquitude como legitimadora de hierarquias raciais), apontando que a psicologia social deve investigar suas próprias implicações históricas na manutenção dessas desigualdades. Deste modo, a branquitude invisibiliza o sujeito negro, pois as responsabilidades estruturais e institucionais pelo sofrimento psíquico da população negra são ignoradas.

Ramos e Paulon (2023) buscaram apontar caminhos para que a psicologia se torne mais consciente, crítica e responsável, ao reconhecer a branquitude como categoria de análise indispensável para qualquer estratégia de enfrentamento do racismo no Brasil. Como psicólogas e psicólogo brancos em formação, esse movimento implica também revermos nossos próprios privilégios e implicações no sistema de exclusão que buscamos combater. O estudo selecionado de Hilário e Lima (2023) apresenta uma reflexão fundamental sobre o risco de uma psicologia que reproduz o racismo ao negar o sofrimento racial em seu fazer clínico. Enfatizando o aspecto histórico, mas também cotidiano e institucionalizado do racismo e seus efeitos sobre o sofrimento psíquico, é apontado que a psicologia precisa criar dispositivos clínicos e ético-políticos capazes de acolher essas dores. Além disso, deve-se combater a violência epistêmica, que ocorre quando a escuta psicológica desautoriza a experiência racializada do sujeito negro. Quando os autores discutem a violência epistêmica na escuta psicológica, eles oferecem elementos para entender a importância de construir práticas terapêuticas racialmente sensíveis. Um exemplo de violência epistêmica foi encontrado no estudo selecionado de Amaro e Mattos (2022) em seu relato sobre a psicóloga branca que invalida o sofrimento da paciente negra diante do assassinato da ativista Marielle Franco, que culminou no desejo da paciente por trocar de psicóloga após ter seu luto político silenciado. Este exemplo ilustra a maneira como o racismo estrutural pode se manifestar nas relações que se pretendem terapêuticas, consolidando

a escuta clínica hegemônica, que reproduz silenciamentos e nega a legitimidade do sofrimento racial, e precisa ser combatido por meio de uma escuta engajada e politicamente situada.

Bento (2022) e Souza (1983) destacam a negação da dor racializada, que impede a validação do sofrimento e o acesso a cuidados psicológicos adequados. Nesta direção, o estudo selecionado de Carvalho e Schucman (2022) aponta a associação dessa negação com a construção histórica da branquitude como lugar de normalidade, o que marginaliza experiências negras tanto nos espaços sociais quanto nos serviços de saúde mental. Assim, os autores reafirmam que o enfrentamento do racismo exige mais do que ações pontuais: é preciso transformar as estruturas sociais e institucionais, revelando a necessidade de um olhar multidimensional sobre o racismo, que considere tanto suas manifestações institucionais quanto seus efeitos psíquicos. A psicologia, nesse contexto, não pode se manter neutra ou silenciosa frente às desigualdades raciais, devendo se comprometer com práticas éticas, críticas e antirracistas.

O estudo selecionado de Galeano e Guareschi (2023) estende essa discussão ao defender a construção de uma psicologia crítica e decolonial, entendendo que o saber psicológico tradicionalmente hegemônico está enraizado em epistemologias eurocêtricas que ignoram a realidade dos povos colonizados e reforçam padrões de normalidade que excluem a população negra, assim como pontuam Schucman e Martins (2017). Galeano e Guareschi (2023) apontam que, para a psicologia ser relevante em contextos como o Brasil, ela precisa reconhecer sua implicação histórica na perpetuação de desigualdades raciais e adotar posicionamentos ético-políticos claros contra o racismo. Ao defenderem uma psicologia decolonial, endossam a necessidade de ruptura com os paradigmas eurocêtricos, que silenciam a experiência negra, e denunciam a neutralidade científica, convocando a responsabilidade política e ética da psicologia para com o racismo. Em outro artigo selecionado, Lyra *et al.* (2023) salientam que a psicologia, ao atuar na promoção da saúde mental, não pode ignorar os processos de exclusão histórica e epistemológica aos quais os corpos negros foram submetidos. Assim, ao observar e reconhecer as limitações atuais para a produção de um conhecimento que tenha a negritude como cerne, poderá superar este entrave para o cuidado adequado à saúde mental da população negra.

Os artigos selecionados de Silva (2023), Dimenstein *et al.* (2022) e Lyra *et al.* (2022) também vão no sentido de defender uma nova forma de se produzir conhecimento em psicologia, especialmente a partir de uma perspectiva decolonialista que possa, de fato, erradicar o racismo.

O artigo selecionado de Silva (2023) descreve as dificuldades existentes para se produzir novos conhecimentos na área da psicologia que não partam dos paradigmas já existentes, destacando a necessidade também de reconhecer essas limitações. Considera que sem este aprofundamento nas formas atuais que explicitem o que não está condizente com a realidade e com as fontes produtoras de sofrimento, não será possível identificar e alterar tais limitações, nem mesmo reconhecendo-se os avanços. A autora tece uma ressalva de que as novas produções de conhecimento ainda são parcas e insuficientes para a melhora da saúde mental da população negra. A mesma conclusão foi apresentada pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2017), que considerou o conteúdo produzido até então pouco numeroso, mas promissor no sentido de promover melhor suporte ao enfrentamento antirracista.

A formação insuficiente dos profissionais de psicologia pode ser identificada no estudo selecionado de Silva e Felipe (2024), ao observarem os cuidados específicos estendidos a três comunidades quilombolas no município de Garanhuns, no estado de Pernambuco, em âmbito rural. O estudo enaltece o programa de residência existente no município desde o ano de 2015, realizado por meio do Sistema Único de Saúde – SUS e da Atenção Primária, em um trabalho multidisciplinar com dez distintas categorias de profissionais; entretanto, é a única apresentação à temática específica da população negra quilombola, e relatam que o despreparo, pela falta de uma formação específica, é prejudicial para um atendimento mais assertivo e um cuidado mais exitoso com a saúde mental dos envolvidos. A resistência, ainda presente na população branca, de reconhecer que seus “poderes” [grifo nosso] são produtos de ideias históricas de superioridade e, portanto, a negação quanto à sua participação na manutenção da superioridade branca e responsabilidade na atuação antirracista podem dificultar o reconhecimento da relevância de uma formação direcionada à população quilombola (Bento; Carone, 2016; Capelasso; Caniato, 2024; Silva, 2023).

O artigo selecionado de Dimenstein *et al.* (2022) sugere o estabelecimento de uma seção específica na psicologia que se aprofunde nos efeitos sobre a saúde mental – ainda reverberados e sentidos – na população latino-americana, decorrentes da colonialidade, a partir de uma produção de conhecimento decolonial e, portanto, que não tenha como base o lastro eurocêntrico da psicologia. Defendem como fundamental que haja debates em que a população negra seja o centro, promovendo, assim, condições para a construção de uma psicologia com comprometimento ético, político e social, e favorecendo que políticas públicas adequadas sejam criadas. Estas práticas atuais da psicologia, mencionadas pelos autores, também são citadas por Lanza (2021), que afirma que a psicologia se utiliza de biopoder e de necropolítica (Santos;

Reis, 2021) e tem a discriminação como norma, consequentemente restringindo uma atuação mais efetiva e empática dos psicólogos para com a população negra.

Lanza (2021) também destaca a importância de que o profissional de psicologia se atente às singularidades e aos processos sociais e raciais envolvidos no sofrimento psíquico e sua reverberação, e que a superação do racismo só pode ser realizada coletivamente. Isso é corroborado pelo estudo selecionado de Dimenstein *et al.* (2022), em que os autores destacam ser preciso uma escuta de toda a população negra para que se promova as mudanças necessárias na produção do conhecimento, fazendo-o a partir da perspectiva de quem hoje é visto à margem, e não como o cerne do sofrimento.

Em outro artigo selecionado, Lyra *et al.* (2023) apontam a importância de uma reformulação que englobe identidade e pluralidade, considerando que a utilização do modelo atual da psicologia baseia-se em uma linha composta por branquitude e resquícios da lógica colonial. Seus apontamentos partem da concepção de caos-mundo, postulada por Édouard Glissant (1997), que defende essa reformulação; entretanto, também estão assentados nos apontamentos que Lanza (2021) traz acerca do trabalho de Frantz Fanon (1952/2020), que cita como imprescindível essa reestruturação do pensamento que norteia a psicologia, com a necessidade de construí-la a partir da realidade que a colonialidade ainda produz na subjetividade da população, e o sofrimento psíquico daí advindo em suas especificidades.

O estudo selecionado de Lima *et al.* (2023) menciona que a produção de conhecimento centrada a partir da decolonização do pensamento, do sofrimento que o racismo estrutural propicia e da fuga do enviesamento que a branquitude mantém só poderá ser concretizada e exitosa se for aplicada devidamente na formação em psicologia, para que se transmita de maneira real como se dá a constituição da subjetividade negra a partir das questões raciais e os aspectos que lhe perpassam. Somente assim será possível ofertar um cuidado específico que esta população demanda, com uma formação direcionada e que abranja suas singularidades, pensando-se a partir delas e não de um viés que não a contemple.

A necessidade de presença de pessoas negras nas discussões sobre racismo é reiterada na publicação selecionada de Navasconi e Moscheta (2023), já que, em geral, apenas pessoas brancas circulam nos espaços de produção de conhecimento. Refletimos que retirando a população negra do lugar de intelectualmente incapaz em que foi colocada pelo processo colonizatório (Lanza, 2021) e posicionando-a como sujeitos ativos da história, será possível produzir um conhecimento que promova a erradicação do racismo, como uma psicologia verdadeiramente antirracista.

Dentre os 25 artigos selecionados, 6 deles descrevem ou apresentam sugestões sobre formas de enfrentamento do racismo por meio da formação e prática em psicologia, assim como da produção de conhecimento. Destaca-se que nenhuma intervenção, efetivamente, foi descrita ou avaliada nestes 6 artigos. Lyra *et al.* (2023) apontam a necessidade da dissolução da branquitude e das lógicas coloniais, que ainda se conservam entrelaçadas com os valores e as relações políticas, públicas e sociais. Lima *et al.* (2023) também posicionam a branquitude como um dos pilares antirracistas mais essenciais de se erradicar, o que se daria pela decolonização do pensamento. Estes processos devem ser construídos por meio de novas produções de conhecimento, de pesquisas mais aprofundadas, de legitimação e cuidado com o sofrimento da população negra. Outra forma destacada para enfrentamento ao racismo, apontada por Sevalho e Dias (2022), Navasconi e Moscheta (2023) e Silva (2023), consiste em uma especialização dentro da própria formação em psicologia. É preciso promover a compreensão sobre o sofrimento que a população negra carrega consigo devido ao racismo estrutural e o quanto sua saúde mental é afetada de maneira idiossincrática. Corroborando este apontamento, Dimenstein *et al.* (2022) apresentam uma especificidade ainda mais contextualizada: uma produção de conhecimento focada nos efeitos reverberados na população negra a partir da colonização latino-americana. Ainda neste sentido, Farias e Vicente (2022) apontam o letramento racial também como forma de sustentar uma educação antirracista e fazer o enfrentamento do racismo institucional nos ambientes universitários de formação em psicologia.

A partir dos 25 artigos selecionados, foram identificados somente 3 que realizaram intervenções para o enfrentamento ao racismo. Félix-Silva *et al.* (2022), que tratam do racismo institucional na formação e na prática dos psicólogos, utilizam-se de rodas de conversa, que promovem processos de subjetivação nas relações raciais para os psicólogos em formação. As rodas de conversa podem ser consideradas como dispositivos interventivos em prol da educação antirracista. Há também uma outra forma de enfrentamento referida por Santiago (2023), que defende que o combate ao racismo deve passar tanto pelo cuidar de si quanto por promover ações de cuidado que sejam coletivizantes e produtoras da sensação de aquilombamento. O aquilombamento é entendido como lugar de resistência e enfrentamento do racismo enquanto adoecedor, a partir do fortalecimento de vínculo entre pessoas negras. Nesta perspectiva, o texto selecionado indica que é importante para as mulheres negras encontrarem outras mulheres negras e, assim, juntas, fortalecerem-se para enfrentar a opressão. Corroborando a ideia do aquilombamento como intervenção, França Neto *et al.* (2022) citam as trocas que são possíveis entre as participantes no Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, que visa ofertar

o espaço de protagonismo que possibilite a discussão entre as mulheres negras como estratégia de enfrentamento do racismo sofrido.

O presente estudo investigou as seguintes hipóteses:

1) As questões étnico-raciais têm impacto significativo na saúde mental da população, contribuindo para a manifestação e agravamento de problemas e transtornos psicológicos, como ansiedade, depressão e estresse pós-traumático.

A hipótese foi confirmada. Está presente revisão da literatura evidencia que o racismo, em suas dimensões estrutural, institucional e subjetiva, atua como fator de sofrimento psíquico e de vulnerabilidade emocional. Os estudos analisados apontaram que as experiências contínuas de discriminação, humilhação e exclusão social vivenciadas pela população negra produzem danos psicológicos profundos, afetando a autoestima, o senso de pertencimento e a percepção de valor pessoal. Tais fatores demonstram a associação direta entre o racismo e o adoecimento psíquico, confirmando o papel das desigualdades raciais como determinantes da saúde mental no contexto brasileiro.

2) Há um aumento de propostas e implementações de intervenções psicológicas direcionada a questões étnico-raciais ao longo dos últimos três anos.

A hipótese foi confirmada. Verificou-se um crescimento gradual na produção científica que aborda o tema, especialmente a partir de profissionais e pesquisadoras negras comprometidas com práticas antirracistas e com a decolonização do saber psicológico. As publicações evidenciam o fortalecimento de uma agenda acadêmica e profissional preocupada em compreender e enfrentar o racismo como fator determinante do sofrimento psíquico. Ainda que a ampliação das intervenções e dos estudos seja incipiente, ela apresenta um movimento importante de retomada do debate racial dentro da psicologia brasileira, favorecendo a reflexão crítica sobre a formação, a ética e a atuação do psicólogo frente às desigualdades raciais.

3) O racismo é concebido como um sistema de opressão institucionalizado, que permeia as relações sociais na sociedade brasileira.

A hipótese foi confirmada. Os resultados obtidos evidenciaram que o racismo não se restringe a manifestações individuais de preconceito, mas se expressa de modo estruturado nas práticas institucionais, nas políticas públicas e nas representações sociais. Os estudos selecionados apontaram que o racismo institucional se manifesta nas universidades, nos serviços de saúde, nas relações de trabalho e em outros contextos sociais, perpetuando desigualdades históricas e produzindo exclusão simbólica e material. Assim, a psicologia precisa se posicionar eticamente diante desse sistema de opressão, atuando tanto na escuta

clínica quanto na esfera coletiva e política, para contribuir com a desconstrução das estruturas que sustentam a discriminação racial.

Dessa forma, todas as hipóteses apresentadas foram confirmadas, demonstrando que o racismo é um fenômeno estrutural e contínuo que afeta a subjetividade, a saúde mental e as possibilidades de existência da população negra, e que, embora a psicologia tenha avançado na reflexão e nas práticas voltadas à equidade racial, o campo ainda se encontra em processo de amadurecimento e expansão crítica sobre o tema.

Destaca-se que o presente estudo apresenta limitações que devem ser consideradas. Por se tratar de uma revisão de literatura, a pesquisa depende integralmente das produções disponíveis em bases de dados, e foi consultada somente a Biblioteca Virtual em Saúde – BVS. Desta forma, é possível que trabalhos relevantes sobre a temática não tenham sido encontrados por não estarem indexados nessa base. Outras limitações referem-se ao recorte temporal adotado – publicações entre os anos de 2022 e 2024 e a seleção de publicações apenas no idioma português. Portanto, os resultados obtidos não podem ser generalizados.

Assim, considera-se que os estudos selecionados evidenciam avanços na abordagem das questões étnico-raciais pela psicologia, mas são incipientes, sendo necessário reconhecer que o tema ainda carece de investigações mais diversificadas, abrangentes e metodologicamente robustas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das 25 publicações, fruto de uma revisão integrativa da literatura nacional, revelou que a produção científica sobre as relações raciais na psicologia brasileira tem avançado, mas ainda de forma desigual entre teoria e prática. Dos estudos analisados, 15 são de natureza teórica ou reflexiva, 6 são relatos de experiência e apenas 4 resultam de pesquisas empíricas, o que indica que o debate permanece concentrado na elaboração conceitual, com menor expressão em investigações aplicadas e intervenções diretas. Essa predominância reforça a necessidade de ampliar a pesquisa de campo e a produção de práticas clínicas e institucionais voltadas ao enfrentamento do racismo.

Nos resultados da análise, observou-se sete temas centrais, identificados a partir das 25 publicações selecionadas. O tema sobre o racismo institucional (3 publicações) discute como o racismo estrutural permeia práticas políticas em contextos acadêmicos e hospitalares. Questões ligadas à branquitude (4 publicações) abordam essa estrutura de poder como sustentáculo das desigualdades raciais e seus efeitos psíquicos. Na produção de conhecimento em psicologia sobre racismo (3 estudos publicações), há ênfase na necessidade de novas epistemologias antirracistas. Sobre a formação e a prática profissional em psicologia (5 pesquisas) ressalta-se a necessidade de preparo específico para o enfrentamento do racismo no exercício da profissão. Além disso, foram explorados os efeitos do racismo na subjetividade (5 publicações) de pessoas negras e houve abordagem sobre a temática da identidade parda (1 publicação). Também se observa que a presença de pesquisas sobre mulheres negras é limitada (4 publicações), abordando diretamente essa temática e apontando para uma lacuna na compreensão e integralização das múltiplas dimensões da desigualdade, como etnia, gênero, classe social e orientação sexual. Tal ausência compromete o cuidado singular com a saúde mental destas mulheres negras, que exige uma abordagem mais sensível às especificidades dessa população, essencial para promover alívio ao sofrimento psíquico imposto pelo racismo estrutural.

Além disso, chama a atenção o fato de que, em um período de 3 anos, apenas 25 publicações abordaram essa temática tão relevante, o que evidencia o espaço ainda restrito dedicado às questões étnico-raciais na produção científica. Isso reforça a necessidade de continuidade e incentivo a estudos que priorizem a negritude e suas especificidades, rompendo com a centralidade da branquitude como referência na construção do conhecimento.

Embora haja avanços recentes e uma produção crescente de conhecimento, como evidenciado pelas 25 publicações obtidas na base de dados pesquisada, a psicologia ainda parece apresentar limitações estruturais para incorporar uma abordagem crítica e racializada em

sua formação, pesquisa e prática. Observa-se um movimento crescente em direção à decolonização do saber psicológico, ainda que esse processo permaneça restrito a determinados espaços institucionais e de formação. O fortalecimento dessa perspectiva depende de esforços coletivos, de maior engajamento político da categoria e de revisões curriculares nos cursos de formação em psicologia que ampliem a produção de conhecimento negro e antirracista na área.

Os estudos analisados possuem contribuições significativas, especialmente no que diz respeito ao racismo institucional em contextos hospitalar e universitário. Estas pesquisas evidenciam como o racismo age de maneira invisível nas rotinas institucionais, desafiando a noção de igualdade que ainda predomina nas políticas públicas e práticas cotidianas. Outro ponto importante é a crítica ao conceito de branquitude, cujos estudos explicitam os efeitos psicossociais produzidos por ele e pelo pacto narcísico da branquitude, contribuindo para a manutenção das desigualdades raciais. Tais análises destacam a necessidade de se repensar as fundações da psicologia, ainda marcadas por uma visão eurocêntrica e branca.

Nota-se que discussões que articulem entre orientação sexual e raça e temas relacionados a crianças e adolescentes negros não foram encontrados nas publicações selecionadas, indicando que essas áreas ainda são pouco exploradas, apontando para a necessidade de mais atenção a essas questões em pesquisas futuras. Além disso, o impacto do racismo em contextos de maior vulnerabilidade, como comunidades quilombolas e periferias urbanas, ainda é insuficientemente abordado, demonstrando uma necessidade urgente de diversificação de contextos de pesquisa. Estes campos necessitam de mais visibilidade para que a psicologia se torne mais inclusiva, antirracista e capaz de refletir a diversidade da população negra.

Como pesquisadores em formação, reconhecemos que este exercício representou não apenas uma etapa metodológica, mas também uma experiência de aprendizado e amadurecimento intelectual. A busca, a leitura e a análise crítica dos estudos nos permitiram compreender de forma mais ampla o papel político e ético da psicologia e a importância de questionar seus fundamentos. Este processo nos ajudou a desenvolver um olhar mais sensível às desigualdades e mais atento à potência transformadora do conhecimento quando ele se abre à diversidade de vozes e experiências.

REFERÊNCIAS

- ABREU, J. C. **Capítulos de História Colonial** (1500-1800). Brasília, DF: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- ALMEIDA, S. L. Raça e Racismo. In: ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. p. 17-42.
- AMARO, T. V.; MATTOS, A. R. “Eu quero uma psicóloga preta”: prática clínica, racialização e identificações no contemporâneo. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, v.54, n.2, jul./dez. 2022.
Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382022000200015. Acesso em: 25 mar. 2024.
- AMORIM, L. P.; TÁRREGA, M. C. V. B. O acesso à terra: a lei de terras “1850” como obstáculo ao direito territorial quilombola. **Emblemas: Revista da Unidade Acadêmica Especial de História e Ciências Sociais**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 10-23, jan-jun 2019.
Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/emblemas/article/view/56113/34087>. Acesso em: 12 fev. 2025.
- BARROS, M. E. B.; PEREIRA, K. A.; NEVES, M. B. À luz da constituição e produção do racismo: a psicologia hospitalar tem cor? **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, v. 13, e5422, jul. 2024.
Disponível em: <https://journals.bahiana.edu.br/index.php/psicologia/article/view/5422>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.17267/2317-3394rps.2024.e5422>
- BARROS, S Et. Al. Censo psicossocial dos moradores em hospitais psiquiátricos do estado de São Paulo: um olhar sob a perspectiva racial. **Saúde e Sociedade**, v. 23, n. 4, p. 1235–1247, out. 2014.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nF4PdVbQJz3thK9sPThVkwP/?lang=pt#>. Acesso em: 09 mai. 2024.
- BELANDI, C.; GOMES, I. Censo 2022: pela primeira vez, desde 1991, a maior parte da população do Brasil se declara parda. **Agência IBGE Notícias**, 2023.
Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%202022%2C%20cerca%20de%2092,0%2C4%25\)%2C%20amarelas](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda#:~:text=Em%202022%2C%20cerca%20de%2092,0%2C4%25)%2C%20amarelas). Acesso em: 25 ago. 2024.
- BENEDITO, M. S.; FERNANDES, M. I. A. Psicologia e Racismo: As Heranças da Clínica Psicológica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, n. spe, p. e229997, 2020.
Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6qtXvXGFnYmBfNwzhGSwjRM/?lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2024. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229997>
- BENTO, C. **O Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BENTO, M. A. S.; CARONE, I. (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.
- BISPO, F. S.; GUERRA, A. M. C. Racismo e Sexismo: Estruturas de Transmissão, Incidências da História e Insistências do Real. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 1212-1232, 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Decreto nº 26.042, de 17 de dezembro de 1948. **Diário Oficial da União**. Promulga os Atos firmados em Nova York a 22 de julho de 1946, por ocasião da Conferência Internacional de Saúde, Rio de Janeiro, RJ, 25 jan. 1949, seção 1, p. 1169.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-26042-17-dezembro-1948-455751-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 07 mar. 2025.

BRASIL. Casa Civil. Lei Nº 10.639. **Diário Oficial da União**, 2003 Brasília, DF.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm#:~:text=L10639&text=LEI%20No%2010.639%2C%20DE%209%20DE%20JANEIRO%20DE%202003.&text=Altera%20a%20Lei%20no,%22%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias. Acesso em: 05 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Qual a diferença entre pós-graduação lato sensu e stricto sensu?** Brasília, 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/educacao-superior-1/pos-graduacao-lato-sensu-e-stricto-sensu/qual-a-diferenca-entre-pos-graduacao>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde e Vigilância Sanitária. **O que significa ter saúde?** Brasília, 2020.

Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quer-me-exercitar/noticias/2021/o-que-significa-ter-saude>. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. **Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros 2012 a 2016**. Universidade de Brasília, Observatório de Saúde de Populações em Vulnerabilidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf. Acesso em: 09 mai. 2024.

BRASIL. Ministério das Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – RASEAM 2025**. Brasília, 2025.

Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf/view>. Acesso em: 20 set. 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Desigualdade racial persiste no mercado de trabalho brasileiro**. Brasília, 2024.

Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/desigualdade-racial-persiste-no-mercado-de-trabalho-brasileiro#:~:text=As%20pesquisas%20realizadas%20pelo%20N%C3%BAcleo,a%20diferen%C3%A7a%20%C3%A9%20de%2040%25>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre a aprovação das diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 abr. 2016, seção 1, p. 1-8.

Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 07 out. 2024.

CAPELASSO, M. S.; CANIATO, A. M. P. Racismo brasileiro e ideologia do branqueamento orquestrados pela personalidade autoritária. **Fractal Revista de Psicologia**, Niterói, v. 36, p. 1-10, out. 2024.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/zrx3NtZ46Z3wBb36LWMS9fs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 fev. 2025.

CARVALHO, A.; SOUZA, C.; MACEDO, J. P. Relações de Gênero e Étnico-Raciais nos Currículos de Psicologia: Aproximações e Desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. e201972, 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/DnyMSGZXkjT5yKNBdFdSFGx/?lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2024. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201972>

CARVALHO, F. N.; SCHUCMAN, L. V. A contribuição dos estudos críticos da branquitude para compreensão do preconceito racial na psicologia social. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v. 24, n. 01, e1760, abr. 2022.

Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v24-n1-carvalho-schucman/1760-pdf-pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1760>

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE – BIREME; ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE – OPAS; ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Relatos de Experiências. **BVS – Biblioteca Virtual em Saúde**.

Disponível em: <https://red.bvsalud.org/relatos-de-experiencias/>. Acesso em 03 set. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**.

Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia-1.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Quem faz a psicologia brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro**. Volume I: Formação e Inserção no Mundo do Trabalho. 1. ed. Brasília: CFP, 2022.

Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Vol1-1.pdf. Acesso em: 09 fev. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais: Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos(os)**. Brasília: CFP, 2017.

Disponível em: <https://site.cfp.org.br/publicacao/relacoes- raciais-referencias-tecnicas-para-pratica-dao-psicologao/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução** nº 9, de 28 de maio de 2022. Institui o Prêmio Profissional Virgínia Bicudo: Práticas para uma Psicologia Antirracista.

Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-9-2022-institui-o-premio-profissional-virginia-bicudo-praticas-para-uma-psicologia-antirracista?origin=instituicao&q=racismo>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução** nº 15, de 11 de julho de 2022.

Estabelece normas para atuação das psicólogas e psicólogos no sistema socioeducativo.

Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-15-2022-estabelece-normas-para-atuacao-das-psicologas-e-psicologos-no-sistema-socioeducativo?origin=instituicao&q=racismo>. Acesso em: 17 fev. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução** nº 18, de 19 de dezembro de 2002. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial.

Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-18-2002-estabelece-normas-de-atuacao-para-os-psicologos-em-relacao-a-preconceito-e-discriminacao-racial?origin=instituicao&q=racismo>. Acesso em: 17 fev. 2025.

COSTA, E. S.; SCARCELLI, I. R. Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. **Psicologia USP**. 2016.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/Qx3cgLBtQrY8j3snQP8bn3J/?lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2024. <https://doi.org/10.1590/0103-656420130051>

COSTA, E. S.; SCHUCMAN, L. V. Identidades, Identificações e Classificações Raciais no Brasil: O Pardo e as Ações Afirmativas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 02, p. 466-484, mai/ago. 2022.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/68631/42642>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi:10.12957/epp.2022.68631>

CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. **University of Chicago Legal Forum**, v. 8, n. 1, p. 139-167, 1989.

Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em 21 fev. 2025

DAMASCENO, M. G.; ZANELLO, V. Psicoterapia, Raça e Racismo no Contexto Brasileiro: Experiências e Percepções de Mulheres Negras. **Psicologia em Estudo**, v. 24. 12 dez. 2019.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/WLqvt9yG7rmBzz4kvp8TVSL/>. Acesso em: 03 abr. 2024. <https://doi.org/10.4025/psicolestud.v24i0.42738>

DIAS, L.; CANAVÊS, F. Racismo e ascensão social do negro na democracia brasileira. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 16, n. 01, e32542, jan/abr. 2022.

Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472022000100011. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.34019/1982-1247.2022.v16.32542>

DIMENSTEIN, M. Et. Al. Produção de Conhecimento, Psicologia e Pensamento Decolonial. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 74, 2022.

Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/abp/article/view/55388/30076>. Acesso em: 02 abr. 2025.

DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. As Dificuldades das Mulheres Chefes de Família no Mercado de Trabalho. **Boletim Especial 8 de Março Dia das Mulheres**, São Paulo, mar. 2023.

Disponível em: www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.pdf. Acesso em: 20 set. 2025.

FANON, F. **Pele Negra, Máscaras Brancas** (1952). São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FARIAS, M. N.; VICENTE, H. A. Debatendo o racismo na universidade: ação prática da terapia ocupacional e psicologia. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 01, p. 815-821, jan. 2022.

FAUSTINO, D. M.; ROSA, M. D. O Mal-Estar Colonial: Racismo, Indivíduo E Subjetivação Na Sociabilidade Contemporânea. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e275160, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VGTsw7XmBqRfzFjZxXckJTh/?lang=pt#>. Acesso em: 30 abr. 2024. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e275160>

FÉLIX-SILVA, A. V. Et. Al. Psicologia da Diferença, Relações Raciais e Formação da(o) Psicóloga(o). **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 42, e229977, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/83jpkXnXSWfDVw4nVrN4jLK/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003229977>

FLICK, U. A pesquisa qualitativa: relevância, história, aspectos. In: FLICK, U. **Pesquisa Qualitativa**. 2a ed. São Paulo: Artmed, 2004. p. 17-32.

FRANÇA NETO, J. F.; LIMA, F.; OLIVEIRA, L. R. Racismo, Trauma Colonial e Agência Crítica: Fórum Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. spe, p. 1479-1498, ago. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/71757/44252>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi:10.12957/epp.2022.71757>

FREITAS, R. C. S.; D`AFFONSECA, S. M. O Racismo Enraizado nas Famílias Inter-Raciais de São Paulo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 43, p. 1-12, e244897, fev. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/5gg9dHZkZd3DMg4xRb5tFVg/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003244897>

FREYRE, G. **Casa-Grande & Senzala**. 48. ed. Recife: Global Editora, 2003.

GALEANO, G. B.; GUARESCHI, N. M. F. MÁQUINA DE MOER GENTE: Branquitude, Descartabilidade e Genocídio. **Barbaroi**, Santa Cruz do Sul, n. 63, p. 37-58, jan/jun. 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/17786>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v1i63.17786>

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas em Pesquisa Social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

GLISSANT. É. **Traité du Tout-Monde**. Paris: Gallimard, 1997.

GOMES, V. F.; SATHLER, C. N.; FARIAS, M. F. L. Gênero, raça, sexualidade e classe nos projetos político-pedagógicos em cursos de psicologia. **Horizontes**, Itatiba, v. 40, n. 1, p. 1-24, 29 ago. 2022. Casa de Nossa Senhora da Paz A.S.F. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1322>. Acesso em: 25 mar. 2024. <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1322>

HILÁRIO, L. C.; LIMA, S. H. R. Branco no Preto: Reverberações da Branquitude na Psique Negra. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 35, e277075, out. 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/BSyMmBjKQNTZpY68BNWpbLh/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277075>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000 – Manual do Recenseador**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc187.pdf. Acesso em 25 ago. 2025.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022: Taxa de analfabetismo cai de 9,6% para 7,0% em 12 anos, mas desigualdades persistem.** Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=As%20taxas%20de%20analfabetismo%20de,%C3%A9%20quase%20quatro%20vezes%20maior>. Acesso em: 10 set. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2022, rendimento-hora dos trabalhadores brancos (R\$ 20,0) era 61,4% maior que o dos pretos ou pardos (R\$12,4).** Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4#:~:text=Em%202022%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ocupada,as%20mulheres%20\(R%242.235\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38543-em-2022-rendimento-hora-dos-trabalhadores-brancos-r-20-0-era-61-4-maior-que-o-dos-pretos-ou-pardos-r-12-4#:~:text=Em%202022%2C%20a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ocupada,as%20mulheres%20(R%242.235)). Acesso em 10 set. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Mulheres pretas ou pardas gastam mais tempo em tarefas domésticas, participam menos do mercado de trabalho e são mais afetadas pela pobreza.** Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39358-mulheres-pretas-ou-pardas-gastam-mais-tempo-em-tarefas-domesticas-participam-menos-do-mercado-de-trabalho-e-sao-mais-afetadas-pela-pobreza>. Acesso em: 21 fev. 2025.

KON, N. M.; SILVA, M. L.; ABUD, C. C. (Orgs.). **O Racismo e o Negro no Brasil: Questões para a Psicanálise.** São Paulo: Perspectiva, 2017.

LANZA, H. R. Frantz Fanon e a Psicologia: Contribuições para a Prática Clínica. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Belo Horizonte, v. 21, n.3, p. 1144-1159, Set-Nov de 2021.

Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/62732/39409>. Acesso em: 25 mar. 2024. <https://doi.org/10.12957/epp.2021.62732>

LIMA, F.; GAUDENZI, P. Racismo, Iniquidades Raciais e Subjetividade - Ver, dizer e fazer. **Saúde & Sociedade**, v. 32, n.2, p. e230313pt, 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/nqwWB4mKfhDCZ5GjnsDKBCz/?lang=pt#>. Acesso em: 07 mai. 2024. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023230313pt>

LIMA, F.; OLIVEIRA, L. R.; SANTOS, A. O. A Sociogenia Fanoniana e a Formação em Psicologia: Uma Aposta Clínica Política e Negra. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 35, e277053, out. 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/WsnpJmrKwxDN8NR89v8H9bN/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277053>

LYRA, J. Et. Al. Psicologia Social e Antirracismo: Arte-Fatos Científicos desde Caos-Mundo. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 35, e275159, out. 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/v9z7XCSbCBWG6btXQMNS8Hm/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e275159>

MACHADO, J. R. F. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quanti-qualitativo. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, p. 1-21, jul. 2023.

MAIA, K. S.; TINOCO, P. R. A.; ZAMORA, M. H. N. A branquitude sob o olhar transdisciplinar das psicologia social psicológica e crítica. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 6, p.5840–5861, 2023.

Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/967>. Acesso em: 07 mar. 2025.

MENDES, J. S. R. Desígnios da Lei de Terras: imigração, escravismo e propriedade fundiária no Brasil Império. **Caderno CRH**, Salvador, v. 22, n. 55, p. 173-184, abr. 2009.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/fvpY6tWSVqx5FcHNL4Dcxft/>. Acesso em: 11 fev. 2025. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792009000100011>.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

MIZAEL, T. M.; BARROZO, S. C. V.; HUNZIKER, M. H. L. Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. **Revista Brasileira de Políticas Negras**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 25-40, jan. 2021.

Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1270/1233>. Acesso em: 21 fev. 2025.

MORAES, W. Legado da Lei Áurea: o racismo institucional e a negação do negro enquanto sujeito histórico. **Revista de Estudos Anarquistas e Decoloniais**, [S.l.], v. 3, n. 4, p. 10-24, mai. 2023. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/read/article/view/59055/31945>. Acesso em: 11 fev. 2025.

NAVASCONI, P. V. P.; MOSCHETA, M. S. Contribuições de Virgínia Leone Bicudo e Neusa Santos Souza para uma Psicologia Brasileira Antirracista. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 35, e276753, out. 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/WsnpJmrKwxDN8NR89v8H9bN/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e276753>

NUNES, S. S. Racismo contra negros: sutileza e persistência. **Revista Psicologia Política**, 2014, v.14, n.29, p. 101-121.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v14n29/v14n29a08.pdf>. Acesso em: 06 abr. 2024.

OLIVEIRA, N. P. DE.; PEDROZA, R. L. S.; PULINO, L. H. C. Z. Escrivências: possibilidades para uma educação antirracista. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280101, 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yZbrhPW3VtLpbhv5jGNvjwb/?lang=pt#>. Acesso em: 30 abr. 2024. <https://doi.org/10.1590/s1413-24782023280101>

PIZA, E. Porta de vidro: entrada para a branquitude. In: BENTO, M. A. S.; CARONE, I. (Orgs.). **Psicologia social do racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2016.

RAMOS, C. N.; PAULON, S. M. Problematizações Éticas, Estéticas e Políticas à Branquitude como Categoria de Análise para Psicologia Social. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 35, p. 1-16, out. 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/JLLjhmMbcLpzMV7dqJkrkCg/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e277145>

RAMOS, M. R.; CARVALHO, L. L. Psicologia e Branquitude: conexões e desconexões... um levantamento sobre a produção científica da psicologia brasileira sobre a branquitude. In: KLAUSS, J.; PEREIRA, W. F. **Processos psicossociais: explorando identidade, comunicação, gênero e relações humanas**, v. 2, p. 39-51. Guarujá: Científica Digital, 2024. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/books/978-65-5360-808-5.pdf>. Acesso em 13 fev. 2025.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – Rede PENSSAN. **Vigisan: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil**. São Paulo: Rede PENSSAN, 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

REIS, N. O. Entre a invisibilidade, o branqueamento discursivo e a hipersexualização: imagens de controle sobre o termo *negro* e o seu lugar na enunciação. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, v. 17, n. 2, p. 157-182, abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/6DmxQCKZ7SGybqZbvMvGP5D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 mai. 2024. <https://doi.org/10.1590/2176-4573p54583>

ROSA, D. M. Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica Psicanalítica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.42, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6RKgPXpGHZ8YwHd9PHGGtnf/>. Acesso em: 12 fev. 2025. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179>

ROSA, L. S.; MACKEDANZ, L. F. A Análise Temática como Metodologia na Pesquisa Qualitativa em Educação em Ciências. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S. l.], v. 16, p. e8574, 2021. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/8574>. Acesso em: 07 out. 2024. <https://doi.org/10.7867/1809-0354202116e8574>

SANTIAGO, G. H. P. **Narrativas sobre Racismo e Sofrimento Psíquico: Olhares sobre Vídeos Produzidos por Mulheres Negras e Compartilhados Online**. Orientadora: Paula Gaudenzi. 2023. 157 f. Tese (Doutorado) – Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://acervos.icict.fiocruz.br/iff/doutorado_bibsmc/glaucia_helena_santiago_iff_dout_2023.pdf. Acesso em: 02 abr. 2025.

SANTOS, A. A.; REIS, M. N. Biopoder e necropolítica: os mecanismos estatais de controle sustentados na diferença racial. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 21, n. 230, p. 309-320, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/55986>. Acesso em: 24 mai. 2024.

SANTOS, C. L. B.; SANTOS, M. A. Campanhas, letrados, luz de polícia: sobre ser negro, gay e filho de família inter-racial. **Psicologia & Sociedade**, São Paulo, v. 34, e246174, mar. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/tHXLjqJhDssWQ8H7D5rcyVc/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34246174>

SANTOS, V. A. Et. Al. saúde das mulheres negras: atuação da psicologia na atenção básica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 32, N. 2, e2204410pt, jul. 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WMHTp7qnC48LMpNJvjmFHsj/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902023220410pt>

SANTOS, V. C.; DIAS, A. B. Os Efeitos do Racismo na Saúde Mental das Militantes Negras do MMNDS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 42, p. 1-19, e235483, fev. 2022.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/KMq6vJbgrskFZgCGRpsFpPc/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003235483>

SCHUCMAN, L. V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana, 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2012.

Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-21052012-154521/pt-br.php>. Acesso em: 06 abr. 2024. <https://doi.org/10.11606/T.47.2012.tde-21052012-154521>.

SCHUCMAN, L. V.; MARTINS, H. V. A Psicologia e o Discurso Racial sobre o Negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. spe, p. 172–185, 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/CFM99XdXn4rxMPVjz5j5shy/?lang=pt>. Acesso em: 06 abr. 2024. <https://doi.org/10.1590/1982-3703130002017>

SCHUCMAN, L. V.; NUNES, S. S.; COSTA, E. S. A Psicologia da Universidade de São Paulo e as relações raciais: perspectivas emergentes. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 144–158, 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/3jFkh5GdtSrJVrRjMzFpDBz/#>. Acesso em: 25 Mar. 2024. <https://doi.org/10.1590/0103-6564A20132413>

SEVALHO, G.; DIAS, J. V. S. Frantz Fanon, descolonização e o saber em saúde mental: contribuições para a saúde coletiva brasileira. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 03, p. 937-946, mar. 2022.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/QJ9zhYGmCNHWvTJpt5pR8dD/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.42612020>

SILVA, A. B. S. Olhares e Produções de Saberes: Narrativas da Psicologia Acerca das Relações Raciais. **Psicologia: Ciência e Profissão**. Brasília, v. 43, e253358, p. 1-11, 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/4hbFYDZh4pN8ChLszDDHBND/>. Acesso em: 25 mar. 2024. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003253358>

SILVA, A. C. B.; CARNEIRO, S. Dispositivo de Racialidade e Saúde Mental da População Negra: Algumas Reflexões Políticas e Psicanalíticas. **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e276440, 2023.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/QMQyLMRkTJJkwtqQhmTDBpM/?lang=pt>. Acesso em: 11 fev. 2025. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2023v35e276440>

SILVA, D. M. **A solidão da mulher negra**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2021.

Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/efe47ea4-607b-4b41-9d9d-a4d6f72a4536/content>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SILVA, F. R.; FELIPE, D. A. Saúde da Família do Campo e Atuação do Psicólogo em Comunidades Quilombolas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, São Paulo, v. 44, p. 1-15, jun-2024.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Wdsr3mZbkJH8kXkmtcvHTHd/?lang=pt>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003260811>

SILVA, M. A. B.; OLIVEIRA, I. F. A relação entre racismo, saúde e saúde mental: Psicologia e educação antirracista. **Quaderns de Psicologia**, Barcelona, v.23, n. 3, p. 1-21, 2021.

Disponível em: <https://quadernsdepsicologia.cat/article/view/v23-n3-silva-oliveira/1753-pdf-pt>. Acesso em: 25 mar. 2024. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1753>.

SILVA, T. C. A.; MONTAGNER, D. W. O Grupo de Afinidade Racial e o Ato de Aquilombar-se no Centro Administrativo Sicredi pelo Olhar de Pessoas Pretas. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, set-2024.

Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://sistemas.intercom.org.br/pdf/submissao/nacional/17/06282024202431667f462fce40a.pdf>. Acesso em: 03 set. 2025.

SOUZA, M. T; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Einstein** (São Paulo), v. 8, n. 1, p. 102-106, jan-2010.

Disponível em: https://journal.einstein.br/wp-content/uploads/articles_xml/2317-6385-eins-08-01-0102-W1134/2317-6385-eins-08-01-0102-W1134-pt.pdf. Acesso em: 06 out. 2024. <https://10.1590/S1679-45082010RW1134>

SOUZA, N. S. **Tornar-se Negro**: Ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TERRA, P. C. Racismo, trabalho e ociosidade no processo de abolição: o Brasil e o Império Português numa perspectiva global (1870-1888). **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p.155–177, set-2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbh/a/BcBZ8KgTsqPZZr7vVmGDc6t/?lang=pt>. Acesso em: 30 abr. 2024. <https://doi.org/10.1590/1806-93472021v41n88-09>

URPIA, A. O. “A rua é nós”: sobre a saudade da partilha do comum. **Reciis – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 65-80, mar. 2024.

Disponível em: <https://fi-admin.bvsalud.org/document/view/72dzw>. Acesso em: 02 abr. 2025. <https://doi.org/10.29397/reciis.v18i1.3803>

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, I. P. A. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p. 11-35.

Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2025.

VIAPIANA, V. N.; GOMES, R. M.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Adoecimento psíquico na sociedade contemporânea: notas conceituais da teoria da determinação social do processo saúde-doença. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 4, p. 175-186, dez. 2018.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/Y36fDqyZL5Js4nnWpXrYpBb>. Acesso em: 12 fev. 2025. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S414>